

SEGURANÇA PÚBLICA



PAOLA HOLGUÍN
EBRAHIM ASVAT
JOSÉ VICENTE DA SILVA FILHO
ROCÍO SAN MIGUEL
SEBASTIÁN ACHA
KLARISSA ALMEIDA SILVA
ANTÔNIO FERREIRA PINTO
PATRÍCIO TUDELA
GONZALO FUENTES Y ARBALLO
CARLOS ALBERTO CARRANZA

APRESENTAÇÃO
JOSÉ CARLOS ALELUIA
PETER FISCHER-BOLLIN
CESAR MAIA

UM DESAFIO POLÍTICO NA AMÉRICA LATINA

FLC

Fundação Liberdade e Cidadania

**SEGURANÇA PÚBLICA
UM DESAFIO POLÍTICO NA AMÉRICA LATINA**

Brasília

2013

Segurança Pública – Um Desafio Político na América Latina

Idealização

José Carlos Aleluia
Peter Fischer-Bollin

Coordenação Técnica

Paulo Gouvêa da Costa
Ana Escobar

Degração

Sema Traduções e Interpretações

Tradução & Edição

Cynthia Renee Garcia

Capa

Agência B5

Fotos

Walter Pontes / Coperphoto

Impressão & Acabamento

Gráfica e Editora Executiva Ltda.

Democratas – Diretório Nacional

Fundação Liberdade e Cidadania
Senado Federal – Anexo I – 26º andar
Brasília – DF – 70165-900
(61) 3303 4273 / 3303 4305

www.flc.org.br

www.democratas.org.br

Ficha Catalográfica

Instituto Tancredo Neves.

Segurança pública : um desafio político na América Latina / Instituto Tancredo Neves. – Brasília : Gráfica e Editora Rossetto, 2013.

112 p. : il.

ISBN 978-85-89304-06-1

1. Segurança Pública. 2. Políticas Públicas. 3. América Latina. I. Título.

CDU 351.75

Segurança Pública Um Desafio Político na América Latina

No dia 26 de março de 2010, a FLC - Fundação Liberdade e Cidadania, do Partido Democratas, do Brasil, e a KAS - Fundação Konrad Adenauer, do CSU da Alemanha, promoveram, em Salvador, Bahia, o seminário internacional intitulado “Segurança Pública – Um Desafio Político na América Latina”.

Procurando aproveitar as experiências bem sucedidas de Bogotá e de outras cidades colombianas, e projetar ideias e propostas de validade para toda a América Latina, a KAS e a FLC levaram a Salvador autoridades em segurança da Colômbia e também do Brasil, México, Panamá, Paraguai, Venezuela, Chile e Argentina.

A presente publicação traz agora a público a maior parte desses depoimentos. Embora as abordagens tenham sido feitas no contexto de 2010, suas lições e recomendações permanecem rigorosamente atuais.

Deputado Mendonça Filho

Presidente em exercício da Fundação Liberdade e Cidadania

SUMÁRIO

Introdução.....	7
- José Carlos Aleluia	7
- Peter Fischer-Bollin	9
- Cesar Maia.....	11
1 - Sem Segurança não há Democracia	15
Paola Holguín	
2 - O Tráfico é apenas mais uma Ameaça.....	27
Ebrahim Asvat	
3 - É Preciso Valorizar as Polícias	33
José Vicente da Silva Filho	
4 - Os Desafios da Participação da Sociedade Civil	39
Rocío San Miguel	
5 - Um Novo Paradigma no Combate à Violência e ao Narcotráfico.....	47
Sebastián Acha	
6 - Visitando Delegacias	55
Klarissa Almeida Silva	
7 - Segurança com Tecnologia e Cidadania	59
Antônio Ferreira Pinto	
8 - A Gestão da Segurança Pública: Lições e Tarefas para o Sucesso.....	67
Patrício Tudela	
9 - É Preciso Reconstruir Valores	75
Gonzalo Fuentes y Arballo	
10 - Estratégias comunicacionais em matéria de segurança pública para América Latina. (A cultura da legalidade)	93
Carlos Alberto Carranza	

Introdução

José Carlos Aleluia

Engenheiro eletricista. Presidente da Fundação Liberdade e Cidadania e vice-presidente nacional do Democratas. Deputado Federal (1990-2010). Presidiu a Companhia Hidrelétrica do São Francisco - Chesf. É professor da UFBA.

Em março de 2010, o Democratas promoveu na Bahia o seminário “Segurança Pública: um Desafio Político na América Latina”. O objetivo desse evento foi promover o debate político sobre o desafio da segurança e avaliar as suas consequências nas políticas públicas. A inspiração veio da Fundação Konrad Adenauer. A seu convite, nós da Fundação Liberdade e Cidadania tivemos oportunidade de participar, em Ciudad Juárez, no México, de um evento que ocupou espaço na mídia em função de violentos incidentes envolvendo o narcotráfico, registrados na ocasião. O Brasil hoje padece do mesmo mal. A segurança pública foi esquecida. A violência e a tolerância dos governos, tanto na Bahia quanto no País, assustam todos os brasileiros. O que mais preocupa é que em muitos casos já não causam indignação. Não há no Brasil uma política nacional de segurança pública. O governo federal insiste em dizer que o problema de segurança é dos estados, quando todos sabem que o tráfico de drogas, o tráfico de armas e o crime organizado não têm fronteiras. As polícias estão desaparelhadas e desmotivadas. No caso específico da Bahia, com a mudança de governo, desmontou-se a polícia técnica, desmontou-se a inteligência da polícia baiana.

Com frequência, as polícias do Brasil são utilizadas para protagonizar espetáculos com objetivo meramente eleitoral, e existem graves denúncias de que o aparato policial muitas vezes é usado para investigar apenas os adversários políticos. No seminário “Insegurança: Dor Evitável”, ocorrido na Ciudad Juárez, no México, verificamos uma semelhança muito grande entre os relatos: as pessoas têm medo de andar na rua. E também uma enorme diferença: no México, o governo entendeu que a segurança pública é uma questão vital para a continuidade do Estado.

No nosso país, há uma tolerância oficial com a violação dos direitos

individuais, com invasões de propriedades urbanas e rurais e com a corrupção instalada no seio do governo brasileiro. O maior exemplo da leniência dos atuais donos do poder é o tráfico de influência praticado por um ex-ministro-chefe da Casa Civil, tráfico este consagrado, reconhecido e aceito por todo o governo. Esta é uma situação de completa inversão de valores, a qual tem um efeito cognitivo muito forte nos jovens brasileiros. Recordo-me do tempo em que se podia, no interior da Bahia ou de outro estado brasileiro, trabalhar na pequena vila ou na cidade e dormir na roça. Já não se pode fazer isso no Brasil. O medo e a insegurança fazem parte do cotidiano da maioria dos brasileiros.

Os textos a seguir foram escritos a partir das palestras realizadas durante o Seminário e são grande contribuição para o debate sobre uma política de segurança pública para o Brasil.

Peter Fischer-Bollin

Doutor em Ciência Política. Diretor de Recursos Humanos da Fundação Konrad Adenauer (KAS) na Alemanha. Diretor de Política e Comunicação da CDU (União Cristã-Democrata) no estado de Nordrhein-Westfalen (2011-2012). Representante no Brasil (2009-2011) e diretor do Programa Regional de Políticas Sociais na América Latina (2008-2009) da KAS.

A Fundação Konrad Adenauer é uma fundação política vinculada a um partido político alemão – a União Democrata Cristã (CDU) – que tem como objetivo promover discussões entre atores de qualquer instância política. Nós cooperamos em eventos, tais como oficinas, debates e conferências, e também publicações sobre assuntos como direitos humanos, economia social de mercado, política internacional e administração de recursos visando à sustentabilidade. O nosso alvo principal é promover a democracia representativa, o Estado de Direito e a justiça social.

Segurança Pública é um tema relacionado a algumas dessas diretrizes da nossa fundação, e por isso nos dedicamos ao assunto, não apenas no Brasil, mas também em outros países da América Latina. Obtivemos dos colegas uma lista de especialistas políticos de outros países reunidos para este debate, cujo foco é o levantamento de dados e o intercâmbio de ideias, visando ao desenvolvimento de conclusões para cada problema real na América Latina. Sabemos que nem sempre copiar soluções oferece resultados satisfatórios, mas essas experiências podem servir para o aprendizado dos demais.

Alegro-me por estar de volta em Salvador. A minha percepção é de que violência e insegurança não se limitam às grandes cidades ou metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo. Trata-se de um problema nacional e de âmbito mundial. É importante reconhecer, protestar e exigir das autoridades políticas que considerem o tema com a devida seriedade, não somente por causa da próxima Copa do Mundo ou pela vinda de visitantes estrangeiros. Essa deve ser uma obrigação constante de representantes de legislativos, executivos e ju-

diciários em cada nível de governo e para o bem da sociedade como um todo.

Devido à obviedade da relevância desse tema, propusemos este seminário para reunir experiências internacionais e oferecer aos senhores uma programação com inúmeros pontos de debate: o papel da sociedade civil, políticas públicas exitosas e o papel da comunicação, por exemplo. Nesse sentido, agradeço a presença de todos e à Fundação Liberdade e Cidadania, nas pessoas de seu presidente, deputado José Carlos Aleluia, e seu diretor, Paulo Gouvêa, com quem a Fundação Konrad Adenauer organizou esse seminário. Espero que seja um evento muito proveitoso para todos nós.

Cesar Maia

*Economista. Ex-prefeito do Rio de Janeiro.
Atual Vice-Presidente da Internacional Democrata de Centro – IDC.
Vereador (RJ).*

Ameaças para a Segurança Pública na América Latina

A situação da segurança pública na América Latina nos últimos anos deve ser vista, conceitual e operacionalmente. O que víamos anos atrás era uma curva ascendente de hegemonia das ideias que tratavam a mediação como a questão fundamental. O que passamos a ver nos últimos anos foi a prevalência da corrente que entende que essa é uma questão que deve ter como elemento dominante a desestruturação do crime organizado. Essa tem sido a dinâmica na grande maioria dos países da América Latina. Do ponto de vista operacional, a situação piorou praticamente em todos os países. Sempre há exceções à regra. No México, a situação se torna dramática. Agora, inclui empresas terceirizadas articuladas a cartéis. A lavagem de dinheiro vindo dos Estados Unidos é feita no próprio México. Há uma diversidade de produtos com os quais os cartéis trabalham e uma diversidade de atividades com vistas à lavagem de dinheiro e ocultação dos responsáveis.

Na América Central, com suas gangues, a situação também é de uma curva de agravamento. As pandilhas operavam basicamente na extorsão; hoje, também estão no tráfico de drogas e, nos Estados Unidos, algumas já são terceirizadas pelos cartéis mexicanos. Os corredores de tráfico de drogas foram acrescentados não apenas na América Central, mas no Caribe. Em Honduras, durante o governo do presidente Zelaya, as pistas de pouso, que recebiam as avionetas com drogas da Venezuela, se multiplicaram. O Haiti era uma base de tráfico de drogas que concorria com o seu próprio PIB. Na Guatemala, circulam em direção ao mercado americano praticamente 300 toneladas de cocaína. A

Guatemala oficialmente é um grande exportador de bebês¹, um mercado de 200 milhões de dólares.

A Venezuela, ostensivamente, abriga os narcoguerrilheiros e é um corredor de cocaína. Faz parte do complexo exportador de cocaína. Caracas passou a ser, junto com San Salvador, a capital mais violenta das Américas, atingindo em 2009 um índice de pouco mais de 100 homicídios por 100 mil habitantes. A Bolívia vê, debaixo da guarda e proteção do presidente Evo Morales, a expansão da produção de coca. O consumo de cocaína do Brasil é basicamente de origem boliviana e peruana.

Na Colômbia, houve uma situação de reversão e os casos de Bogotá e Medellín são considerados exemplares. Mas já vimos, nos últimos dois anos, um quadro de piora acentuada no caso de Medellín, também mensurada por homicídios dolosos por 100 mil habitantes. Se a Colômbia é o maior produtor mundial de cocaína, o Paraguai é o maior produtor mundial de maconha. Estamos falando de uma produtividade de três toneladas por hectare. Na fronteira com o Brasil, a produção é feita por paraguaios e brasileiros. No Paraguai, a produção bruta alcança 18 mil toneladas. Em São Paulo, 10 gramas de maconha paraguaia são vendidos a três dólares.

O Brasil, desde o fim dos anos 70, sempre foi um corredor de exportação de cocaína colombiana, peruana e boliviana, em direção à Europa. A cocaína, antes, entrava pelo litoral da Península Ibérica. Mas agora houve uma mudança de eixo: passou a entrar pela África Ocidental. Guiné Bissau hoje é um narcoEstado. Com isso, o corredor de exportação de cocaína, sem ter saído dos aeroportos e portos internacionais, se deslocou principalmente para o nordeste brasileiro. É isso que explica por que Maceió passou a ser a capital brasileira com maior índice de homicídios, enquanto Salvador passou a ocupar o segundo lugar.

Se pudéssemos colocar um termômetro para medir a temperatura da violência nos municípios litorâneos nordestinos, onde existe possibilidade de voo de avio-netas e de atracamento de barcos capazes de navegar oceano adentro, garantidamente várias dessas cidades apresentariam índices semelhantes ou maiores que os de Salvador e Maceió.

As ofertas de cocaína e de maconha são elásticas. A repressão ao trá-

1 Casais americanos adotam ilegalmente bebês da etnia maia, que consideram os mais bonitos, com a cumplicidade de advogados locais.

fico e ao comércio termina afetando o preço da cocaína ou da maconha, mas não a oferta. A capacidade potencial de produção da Colômbia está em torno de 1.000 toneladas e a capacidade de consumo do mercado americano está por volta de 700 toneladas. A capacidade de consumo de cocaína no mercado brasileiro está por volta de 40 toneladas. Na repressão ao tráfico, o que varia é o preço. Isso faz com que o desafio seja atuar na prevenção, na repressão no varejo, no atacado e especialmente na produção também, onde é a grande dificuldade. Quando um país resiste a esse tipo de ação consorciada geral, que é o caso hoje da Bolívia, tem-se uma situação extremamente delicada. Nós, latino-americanos, nós, brasileiros, temos fracassado, e pior, à medida que o eleitor vai se dando conta desses fracassos reiterados, a segurança pública deixa de ser um tema relevante para fins eleitorais, por pessimismo. Quem entra no tema de segurança pública passa a ser percebido como mais um lançador de promessas. Esse é um tema prioritário junto com saúde e emprego, mas ao mesmo tempo é um tema ao qual o eleitor tende a não dar crédito, até que se reverta este quadro de violência associada ao tráfico de drogas.

Sem Segurança não há Democracia

1

Paola Holguín

Especialista em Segurança Pública, professora da Universidade Pontifícia Bolivariana e ex-assessora de Governo da Colômbia e do Governo do México.

Quando nos convidaram para este foro, com o objetivo de analisar os desafios para a América Latina, pensamos em levantar os dois principais desafios dos países latino-americanos hoje: assegurar uma ordem democrática que esteja dotada de instituições cada vez mais fortes e representativas, com maior participação cidadã, e, em segundo, conseguir uma ação governamental eficiente que possa acompanhar a modernidade.

Isso nos permitiria ter uma maior e mais legítima governabilidade, e assim teríamos instituições estatais mais fortes, com melhor relação entre Estado e sociedade civil. Além disso, ganharíamos um controle das instâncias governamentais capaz de nos dar respostas às necessidades sociais de nossos povos.

Para que isso ocorra, acreditamos que o mais importante é fortalecer nossa democracia, o que se pode conseguir observando cinco elementos básicos. Primeiro, segurança com alcance democrático. Ou seja, segurança para todos, contrariamente à velha doutrina de segurança nacional que favorecia somente amigos do governo. Precisamos garantir a segurança para os amigos e opositores, para os industriais, sindicalistas, professores, enfim, para todos.

O segundo elemento é a proteção efetiva das liberdades públicas.

O terceiro elemento é a transparência como fator de confiança, não somente nas instituições governamentais, mas entre os cidadãos.

O quarto elemento é o da coesão social, entendida como a erradicação da pobreza e a geração de igualdade, como elemento que forneça sustentabilidade ao sistema e aos nossos governos.

O quinto elemento é o respeito às instituições que formam o Estado. Se não respeitarmos a divisão dos Poderes, se não respeitarmos a independência das instituições, o que teremos serão ditaduras com votos.

É muito importante que analisemos nossas democracias a partir desses cinco elementos, para saber se temos democracias institucionais ou não, se são regidas por uma ordem democrática ou por caprichos pessoais, se são progressistas ou retardatárias, incluídas ou excluídas.

A segurança é o que nos dará garantia de que isso funcione. A segurança não é um fim em si mesmo, é um meio que precisamos analisar sob várias perspectivas.

Em primeiro lugar, superando a velha disputa entre esquerda e direita, que, se tanto serviu para dividir os nossos países quando das ditaduras militares, hoje é uma divisão obsoleta. Agora que vivemos em regimes democráticos, o que temos que fazer é fortalecer nossas democracias a partir dos cinco elementos já citados.

Além disso, a segurança é importante porque é, acima de tudo, um direito humano. É um bem público a que todos os cidadãos devem ter acesso em igualdade de condições. A segurança é o requisito para que tenhamos realmente liberdade e direitos garantidos em nossos países. A segurança também é o cimento da democracia porque permite que tenhamos uma verdadeira oposição. Entretanto, é importante delimitar uma linha clara entre o direito a discordar e uma conduta criminoso.

Outra coisa muito importante é que somente a segurança garante o desenvolvimento e a prosperidade econômica. Na Colômbia, falamos em um círculo virtuoso. A segurança permite que haja confiança por parte dos investidores, que haja crescimento econômico, e isso permite que geremos bem-estar a nossos povos, erradicando a pobreza, caso contrário somente compartilharemos um discurso demagógico. Um país que não cresce economicamente só terá pobreza para distribuir.

Também é importante observar que a segurança não pode ser um divisor ideológico. A segurança não é um problema de esquerda ou direita, nem é um problema de ordem militar. Um Estado que enfrenta o narcotráfico, o terrorismo e os sequestros, ou procura a solução pela via política, ou sucumbe à anarquia. Assim sendo, não há escolha. Dependendo do momento que os países vivem, o assunto da segurança será mais ou menos prioritário, porém será sempre fundamental em todas as nações. Também muito importante é o fato de que ter segurança significa estar livre de ameaças no presente e no futuro, mas é necessário ir além, pois precisamos entender segurança como um assunto que

implica qualidade de vida integral do cidadão. Desta maneira, é muito importante entender que quando falamos de políticas públicas de segurança queremos ir além da repressão e do controle, tratando também das questões de prevenção e reabilitação.

Os países da nossa organização enfrentam, hoje, muitas ameaças. Uma delas é o crime organizado. O crime organizado tem várias características, e a primeira é escapar aos controles governamentais. Outra é sua estrutura, que é muito complexa, similar às estruturas empresariais, que geralmente visam mais o poder econômico e/ou social do que o poder político. Além disso, o crime organizado é transnacional, com grande capacidade de adaptação a novos contextos. É altamente especializado, conduzindo muito bem a lavagem de dinheiro, o tráfico de armas, o tráfico de drogas e de pessoas. Este é um ponto muito importante que deve ser levado em consideração, porque, por exemplo, nossos Estados se adaptam fácil e rapidamente às novas condições sem que tenham uma especialização necessária para combater esse tipo de crime.

Tome-se, por exemplo, a lavagem de dinheiro. Em nossos países, é cada vez mais difícil controlar de forma efetiva esse problema, como também o tráfico de armas. O registro e o controle de armas não são tão eficientes como seria desejável e se estima que 75% das armas, no mundo de hoje, estão nas mãos de particulares e não nas do Estado.

Outro fato importante é a participação cada vez maior de crianças e jovens nas organizações criminosas, o que nos traz novos desafios, como o da penalização dessa população menor de idade. As drogas ilícitas também são um elemento vital nessa análise, porque trazem cada vez mais poder às organizações criminosas, gerando uma série de vínculos e laços entre o narcotráfico e o terrorismo, entre outras coisas.

Igualmente importante é a questão das zonas de fronteira. Em vários países da América Latina, como a Colômbia, o controle fronteiriço é cada vez mais difícil, tornando estas zonas um santuário para os criminosos.

A esse respeito, tive a oportunidade de trabalhar por muito tempo no México, onde as questões de fronteira e de controle de armas ocorrem na zona da fronteira norte, em Ciudad Juárez, Tijuana, para citar um exemplo.

Em relação à Colômbia, é um caso excepcional, porque é um país que sofreu durante décadas com a violência dos narcotraficantes, dos paramilitares e dos guerrilheiros, mas a questão de segurança não era tema eleitoral. Parece

incrível que um país cuja principal ameaça é a violência, que impediu seu crescimento econômico e incrementou a pobreza, não estivesse focado em questões de segurança, porque não dava votos.

Quando o tema é fundamental, pois, como já foi dito, a segurança é um direito humano, é inconcebível que um governo não se ocupe dessa questão ou queira politizar o assunto, que tem que estar acima das questões partidárias.

Um bom exemplo do que pode ser feito é o pacto que a Espanha fez com respeito ao ETA, por meio do qual todos os partidos acordaram um compromisso mínimo para enfrentar, juntos, essa ameaça terrorista.

Entre várias coisas importantes, podemos dizer que a política de segurança não pode ser uma política de governos, mas sim uma política de estado. Tem que ser uma política de longo prazo, suprapartidária, pública; tem que ter peso e contrapeso para ser eficiente e inequívoca. Ou seja, para gerar políticas públicas de segurança, é muito importante a participação de todos, organizações civis, partidos políticos e meios de comunicação.

Em nossos países, também precisamos regulamentar a questão da segurança privada. É importante deixarmos para trás a visão militarista do assunto da segurança, já que acreditamos que o tema, por ser multicausal, necessita resposta mais holística.

É também importante ter flexibilidade e capacidade de pronta resposta. Já que os criminosos mudam as suas formas de atuação muito rapidamente, queremos que os Estados sejam capazes de reagir rapidamente. Por exemplo, na Colômbia, tínhamos cultivos ilícitos em enormes plantações. Quando começamos a fazer a detecção via satélite e a fumigar com glifosato, a reação dos criminosos foi o cultivo em plantações muito menores, camufladas em cultivos lícitos, para que não se pudesse fumigar, sob pena de afetar as plantações dos camponeses, o que nos obrigou a partir para a erradicação manual.

O desmonte que fizemos das organizações paramilitares, por meio da Lei de Justiça e Paz, fez com que, em zonas onde não havia forte presença estatal, algumas dessas antigas organizações se transformassem em novas bandas criminais.

Estes são pequenos exemplos que mostram como os criminosos vão se adaptando e mudando e, por isso mesmo, queremos políticas públicas de longo prazo, mas suficientemente flexíveis para responderem rapidamente a essas mudanças dentro das organizações criminosas.

Devemos também começar a conceber o trabalho das nossas forças militares e da polícia de forma distinta. Hoje, na Colômbia, trabalhamos em operações conjuntas ou coordenadas entre a Força Aérea, o Exército e a Polícia, e também temos operações combinadas entre forças militares e policiais de outros países. São operações que criam um novo esquema de combate às organizações criminosas, o que é fundamental, já que muitas vezes houve rixas entre os diversos grupos de ordem, causando uma diminuição na nossa capacidade operacional.

Hoje, temos comandos conjuntos que nos permitem trabalhar com as distintas forças, sendo que liderará cada operação o grupo que mais conhecimento tiver sobre o caso. Cito como exemplo a Operação Fênix, no Equador, para abater o comandante guerrilheiro Raul Reyes. Foi uma operação coordenada, sob a liderança da Polícia Nacional, que tinha mais conhecimento sobre a localização e as condições do caso. Na Operação Jaque, quando libertamos Ingrid Betancourt, tivemos a participação de americanos, de nossos soldados e policiais, porém o comando estava nas mãos do Exército Nacional, o que mostra que esse assunto da cooperação é muito importante.

Outra coisa é o fortalecimento da instituição democrática. As organizações criminosas destroem a ordem legal, criando espaços de impunidade. Em alguns lugares, tentam dobrar ou substituir as instituições estatais, o que acaba por minar a governabilidade democrática, gerando um regime de terror, de violência e de intimidação aos cidadãos. Por isso, é importante que, quando se fale de políticas públicas de segurança, se fale também no fortalecimento do sistema de justiça. Um sistema de justiça que funcione não significa prisão perpétua para todos os crimes.

Quando os países enfrentam situações ou embates com o crime, muitas vezes apelam para o caminho fácil da prisão perpétua ou da pena de morte para todos os criminosos, porém mais importante que a severidade da pena é a eficácia de sua aplicação. Ao criminoso pouco importa se o condenam à pena de morte ou a cinco anos de prisão, se sabe que nunca será capturado ou julgado. Por isso, é muito importante fortalecer o sistema de justiça e quebrar o círculo vicioso. Maior impunidade gera maior violência, mas, também, maior violência causa o colapso e o congestionamento do sistema judicial. Assim, este é um assunto que merece reflexão.

Na Colômbia, por exemplo, passamos de um sistema penal inquisitório a um sistema penal acusatório, buscando uma justiça mais expedita, mais públi-

ca, que fosse capaz de gerar mais confiança. Tivemos dificuldades porque não é fácil essa transformação. Foi preciso trabalhar de forma cooperativa, porque os problemas vão aparecendo à medida que se avança no trabalho. Por exemplo, há delitos que são leves, como o porte de armas. Em Medellín, começamos a capturar muitos bandidos com armas e o juiz os deixava soltos, visto não ser crime passível de prisão. Pedimos então aos juízes e aos fiscais que, quando libertassem algum preso por porte de armas, levassem em conta, por exemplo, o perigo que aquele indivíduo podia representar para a sociedade, se tinha antecedentes criminais e que tipo de armas portava quando capturado.

Também é muito importante o fortalecimento das forças militares e da polícia. Em muitos de nossos países, a força pública não goza de confiança por parte dos cidadãos. Às vezes, tememos mais a polícia do que o delinquente, e isso é lamentável. É preciso, então, fortalecer a polícia e as forças militares por meio de controles estritos, de processos cada vez mais exigentes para os concursos de admissão à carreira, de forma a torná-la um projeto de vida para quem a segue. É importante, também, fortalecer a inteligência e as finanças estatais.

As políticas de segurança pública necessitam de recursos, necessitam de instrumentos, mas necessitam, acima de tudo, de vontade política. Digo isso com todo o respeito pelo caso mexicano. No México, acontece algo incrível, que é o fato de haver mais de 600 corpos de polícia e uma grande dificuldade para que trabalhem em cooperação uns com os outros. Foi difícil conseguir que os cidadãos confiassem na sua polícia.

Em relação às finanças, usei o exemplo do México porque ouvi de alguns empresários que, se o Estado não lhes garantisse segurança, não pagariam seus impostos. É preciso prestar a atenção a esse ponto porque as políticas de segurança custam muito caro, e como não são responsabilidade exclusiva do Estado, e sim de todos, é preciso tributar para poder financiar o custo.

Há outros elementos dentro da política e, nesse trabalho de procurar formular uma política global, precisamos considerá-los. Um deles é a questão do espaço público. O espaço público termina influenciando muito o comportamento dos cidadãos e daí a necessidade de uma intervenção para criar zonas seguras que possam gerar modificações nas atitudes dos cidadãos, para que eles venham a se apropriar do espaço de maneira responsável. Essas intervenções podem fortalecer o tecido social, a cultura, podem melhorar a economia e conseguir maior participação cidadã.

Trago o exemplo de Medellín para ilustrar a questão. Para as comunidades da periferia da cidade, muito pobres, levamos o metrô por cabos, como meio de transporte preferencial. Com isso, solucionamos muitas coisas, entre elas o impacto visual e físico. Antes, a população usava um sistema alternativo de transporte, porque carros particulares ofereciam transporte a qualquer preço, aproveitando-se do fato de que essas zonas eram muito inseguras.

Com o novo sistema de transporte, a população dessas comunidades economiza tempo e dinheiro. Estamos também oferecendo segurança, porque se trata de um serviço regularizado. Na medida em que levamos transporte, levamos junto bibliotecas e escolas que funcionam como tal durante o dia e como centros comunitários à noite e nos finais de semana. Assim, se convertem em foros de encontro, em centros de capacitação para a população dessas zonas altamente vulneráveis.

Outro assunto relevante é tornar visível a vítima. Fala-se muito nos criminosos e pouco nas vítimas. Na Colômbia, descobrimos que tornar a vítima visível permitia criar o luto individual e coletivo. Permitia criar cenários de reconciliação e de perdão. A memória das vítimas se converte numa exigência permanente, capaz de tirar a legitimidade de qualquer forma de violência. Ademais, tornar a vítima visível é consagrar-lhe um mínimo de justiça, o que nos dá impulso moral para combater o crime. Fica mais fácil conseguir um consenso por parte dos partidos e da sociedade em torno das próprias vítimas.

Temos também os programas de desmobilização e desarme. Avançamos nesses programas por meio da Lei de Justiça e Paz. No momento, temos uma desmobilização de mais de 50 mil pessoas que pertenciam a grupos paramilitares e a algumas dissidências da guerrilha. Não podemos pensar que, ao enfrentar uma organização criminosa, poderemos acabar com ela matando todos os seus integrantes. Não é assim que acontece. É preciso ter, como disse o ex-presidente Álvaro Uribe, mão firme e coração grande. É preciso combatê-los para forçá-los à rendição, mas o que acreditamos é que isso deverá levar a um processo de negociação, mantendo sempre a institucionalização, o Estado.

Outro tema é o da cultura cidadã. Países como os nossos, que enfrentam uma violência tão atroz, acabam por se tornar insensíveis a ela. Terminam por considerar as vítimas somente como estatísticas. Sendo assim, é muito importante trabalhar o tema da cultura cidadã. Trabalhar os costumes, as ações e as regras compartilhadas que nos permitam gerar um sentimento de perti-

nência, que nos facilitem a convivência, que nos permitam reconhecer nossos deveres e direitos.

O caso da Colômbia é emblemático. Por conta da situação de violência tão absurda que temos vivido, podemos dizer que temos 200 anos de vida independente e 47 de paz. Tivemos curtos períodos de paz. Um foi em 1902, quando acabou a Guerra dos Mil Dias, que durou em realidade 1.128 dias, mas depois veio a violência partidarista, seguida da guerrilheira, da paramilitar e da do narcotráfico.

A cultura cidadã nos ajudou a criar formas de regulação individual e coletiva. Trabalhamos nisso de várias maneiras, em Bogotá, para recuperar o espaço público. Jornadas de vacinação contra a violência. Trocamos os brinquedos bélicos das crianças por outros tipos de brinquedos. Instituímos um horário para fechar estabelecimentos públicos onde se vendiam bebidas alcoólicas e isso tudo foi acompanhado com jornadas nos colégios, ensinando o consumo responsável do álcool.

Também tratamos o tema da cultura da legalidade. No fundo, a corrupção é um crime de cálculo e por isso tínhamos que trabalhar várias coisas. Tínhamos que lidar com a legalidade, porque mais impunidade gera mais corrupção e vice-versa. Ou seja, primeiro precisávamos que os cidadãos entendessem que a corrupção não é um problema exclusivo do Estado.

Para que haja um Estado corrupto e ladrão, é preciso que haja um cidadão corrupto e “comprão”, mostrando que o problema é de mão dupla. Começamos o trabalho com os funcionários públicos, com os cidadãos, buscando contratações mais transparentes, fortalecendo as organizações civis para que fizessem varreduras cidadãs, criando uma cultura da coisa pública.

Na Colômbia, ouviam-se coisas graves como: “Sim, o prefeito rouba. Rouba, mas faz”. Ele não pode roubar. O dinheiro público é sagrado e o cidadão, às vezes, perde essa noção, perde a noção de que esse dinheiro é o seu dinheiro e que ele tem o direito de exigir que lhe prestem contas do seu uso. O mesmo ocorre com o servidor público que, às vezes, também esquece que esse dinheiro é sagrado.

Tratamos também da participação urbana e aqui menciono rapidamente, já que trataremos do assunto mais adiante, que trabalhamos a participação cidadã, porque o princípio de solidariedade é a base do Estado Social de Direito e isso faz com que o interesse coletivo esteja acima do interesse individual. Para

tanto, temos todos a obrigação e o dever de cooperar com as políticas públicas de segurança.

Na medida em que o cidadão participa, se utilizam melhor os recursos, gerando maior responsabilidade política e criando políticas muito mais assertivas. Dizia o presidente Uribe: “Serve mais o PowerPeople do que o PowerPoint”.

Quando nos sentamos, no Palácio do Governo, para avaliar as políticas com todo o ministério reunido, com os comandantes militares e de polícia, nos sentimos como Heidi, a menina dos Alpes. Pintam-nos o país de Alice: “Na Colômbia vai tudo muito bem”, mas, quando visitamos cada município, confrontando cada cidadão, damos conta das reais necessidades que temos. E nos damos conta também de que a política de segurança tem que ser nacional, tem que ser de longo prazo, mas tem que ser trabalhada dos pontos de vista local, nacional, regional e mundial.

Assim sendo, este é um assunto muito importante e por isso é preciso convidar o cidadão a participar. E como participa? Apoiando a política economicamente, pagando impostos. Com programas especiais como, por exemplo, a Família Guarda Bosques, no qual o cidadão voluntariamente erradica as plantações ilícitas e, com a ajuda do Estado, replanta as áreas com cultivos lícitos.

Também participa com as redes de apoio e de segurança cidadã, com as Frentes Locais de Segurança e por meio das redes de cooperantes.

Coopera com a denúncia, o que é fundamental porque nós não somos criminosos e não pensamos como criminosos, e, por isso, a melhor maneira de conhecer o crime é por meio da denúncia, com observatórios do delito. Esses são elementos que nos dizem claramente quais são os delitos de maior impacto, em que zonas ocorrem, como atuam os delinquentes nesses locais e como operam, o que não podemos adivinhar. Tudo isso tem que ter um teor científico mais claro e é por essa razão que não podemos prescindir dos observatórios da denúncia dos cidadãos e das investigações das vítimas.

Outro ponto a se trabalhar é a ação integral. Na Colômbia tínhamos zonas onde o Estado não entrava. Fizemos então uma proposta em três fases. Na primeira, entravam as Forças Militares para devolver ao Estado o controle do território. A seguir, entrava a Polícia, que é uma força civil, e finalmente entravam todas as entidades do Estado.

O controle territorial e a garantia de segurança não são uma questão

exclusivamente política ou do exército. Incluem escolas, centros hospitalares, estradas e também centros de formação. Para nós, ficou claro que a ação era integral e que tínhamos que levá-la ao nível operacional para que os militares pudessem entender que, quando chegassem para retomar um território, todo o Estado teria que chegar junto.

É ainda importante salientar que as políticas públicas de segurança têm que ser eficazes e transparentes, ou seja, precisam ser mensuráveis. Não podem ser políticas de discursos. Precisam entregar resultados e têm que ser transparentes, porque as políticas precisam respeitar a lei, a Constituição, os direitos humanos, o direito internacional humanitário. É a única forma de fazer com que nossas políticas de segurança sejam legítimas, dentro e fora do país.

Devemos levar em conta que estamos combatendo delitos transnacionais e, portanto, é preciso trabalhar dentro de parâmetros multilaterais, de forma integral, com equilíbrio e responsabilidade cooperativa. Se isso não for assim, pressionamos os criminosos de um lado e eles se mudam para onde se sintam mais seguros.

Na Colômbia, por exemplo, na medida em que combatíamos as FARC, elas se moviam para as zonas de fronteira, passando para outros países. As FARC não são a Madre Teresa de Calcutá. As FARC sequestram, assassinam e traficam drogas na Colômbia. Se seu país lhes abre as portas, farão o mesmo em seu território.

Os criminosos não têm limites éticos nem fronteiriços e por isso o ataque contra a criminalidade global tem que ser de todos, dos Estados, dos cidadãos, dos meios de comunicação e também de fora, de todos os países em conjunto.

A Colômbia é uma clara amostra de que isso é possível. Seguimos tendo dificuldades, e muitas. Temos apenas oito anos de governo e nesses oito anos não podemos esperar que todos os problemas sejam resolvidos, depois de tantas décadas, mas temos resultados tangíveis para mostrar que funciona.

Quando chegamos ao governo, em 2002, tínhamos 28.837 homicídios ao ano. No ano passado foram 15.817. É ainda uma cifra muito alta, mas significa quase 50% de redução. Chegamos a ter 3.572 cidadãos sequestrados em um ano. Em 2002, ao assumirmos o governo, foram 2.882, cifra que caiu para 213 no ano passado. Ainda é alta, porém representa um progresso. Também conseguimos reduzir o número de hectares com cultivos ilícitos e extraditamos, até esta data, mais de 1.000 narcotraficantes, 1.030 no total, segundo o último

relatório que temos em mão.

Finalmente, isso prova que é possível vencer a luta, porém o mais importante é que os colombianos recuperaram a fé na Colômbia. Hoje, sabemos que podemos derrotar os criminosos. Hoje, o Estado recuperou o monopólio da força e o monopólio da justiça, que nunca deveria ter perdido. Hoje, temos um país com esperança, um país com mais investimentos e que está, pouco a pouco, conseguindo reduzir a pobreza e alcançar o bem-estar dos seus cidadãos.

O Tráfico é apenas mais uma Ameaça

2

Ebrahim Asvat

Advogado e ex-diretor da Polícia Nacional do Panamá

Quando se fala das ameaças à segurança pública na América Latina, a primeira coisa que vem à mente é o narcotráfico e, se nos pusermos a observar o problema desde a perspectiva do México, da América Central e da Colômbia, nossa percepção nos leva igualmente a uma análise sob esse prisma.

Não conseguimos nos desprender facilmente dessa visão, pois é a que os Estados Unidos promovem em grande medida, incluindo, desde 2001, o terrorismo internacional. Sob essa ótica, identificam alguns grupos insurgentes da região com o narcotráfico e, em outras, com o terrorismo internacional.

É muito difícil falar das ameaças à segurança pública no âmbito da América Latina. Ainda que sejamos todos parte de um mesmo continente, as ameaças variam de região para região. Pelo menos no que diz respeito à realidade da América Central como zona de trânsito de narcóticos para os Estados Unidos e a todo o problema de segurança pública que gera, que é muito distinto do que possa estar ocorrendo em países como Argentina, Chile ou Uruguai, por exemplo.

As estatísticas criminais falam bem alto e são muito diferentes as percepções que têm os cidadãos do Panamá e os chilenos, por exemplo. Contudo, em relação ao assunto da segurança pública e às ameaças que vem enfrentando, falta-nos maior rigor científico para minimizar seus efeitos e eliminar algumas de suas causas.

Nossas decisões políticas sobre o tema da segurança vêm das opiniões de nossos dirigentes políticos ou da visão dos Estados Unidos. As respostas às ameaças à segurança pública não se encontram compiladas em uma bíblia, nem há um credo a esse respeito. Cada país tem que procurar a sua fórmula, os programas e as ferramentas policiais necessárias para minimizá-las.

Já faz vinte anos que me dedico ao tema da segurança pública no meu país e me surpreende a falta de entendimento do que acontece nas ruas. O Panamá é um bom exemplo na prática. Há vinte anos nos dedicamos a abolir

o Exército. Nossa América Latina nunca conseguiu distinguir claramente, nas suas estruturas de segurança, a diferença entre Defesa e Segurança Pública, ou Segurança Interior. Em muitos países, as duas atividades estavam entrelaçadas em uma estrutura orgânica, dirigida pelas Forças Armadas. Em outros, ainda que a estrutura orgânica fosse monolítica, existiam forças policiais separadas com tarefas determinadas. Esse espectro do passado nos persegue nas políticas públicas estatais e nos impede de bem distinguir entre os assuntos da Defesa Nacional e as tarefas policiais. Hoje em dia, apesar de os estamentos de segurança pública estarem separados em quase todos os países e sob distinta responsabilidade ministerial, esquecemo-nos dessas distinções no momento de aplicar medidas mais severas diante de surtos de violência inesperados.

Há um grande mito, na América Latina, de que se deve delegar às classes policiais a solução dos problemas da segurança pública, como se tivessem, por meio de ferramentas policiais, a solução. Os estamentos de segurança são os que exercem a violência legitimada com a qual a sociedade se protege dos que transgridem a lei. A perspectiva do problema de segurança não pode ser vista pelo prisma do policial. É integral e requer a participação de diversas instâncias da sociedade e do Estado para resolvê-la. A violência legitimada é excepcional e utilizada para reprimir o delito, mas não para resolver as causas.

Outro grande mito é que a origem das ameaças à segurança teria causas externas. No Panamá, em primeiro lugar, culpavam os colombianos pelo problema de algumas modalidades de delitos perpetrados e pelo elemento da violência nas condutas ilícitas cometidas. A seguir, procuraram-se ferramentas duras, mediante processos abreviados, para tipificar os delitos da formação de gangues: aumento das penas por homicídio e penalização de menores como se fossem adultos. Os índices de criminalidade não melhoraram, seguiram crescendo. Depois tentamos a proposta da direção militar da Segurança Pública: “Com os Governos Militares não existia o problema de segurança que temos hoje, portanto eles é que sabem resolver estes problemas”.

Lamentavelmente, nos regimes repressivos, sem consideração alguma pelo respeito à vida humana ou aos direitos civis, é possível controlar totalmente a população. Bons e maus. Na democracia, essas tais ferramentas não podem ser utilizadas. Os militares em postos de direção também não puderam fazer muita coisa. Os índices de criminalidade duplicaram. Agora, a nova perspectiva do problema da segurança está ligada ao narcotráfico e rotula-se a todos os de-

linquentes como participantes ou colaboradores do narcotráfico, responsáveis por toda a violência urbana.

Essa visão nos está levando a ampliar o marco de ação da responsabilidade policial a uma área três vezes maior do que a polícia atualmente vigia. Foram instaladas onze novas estações navais policiais para controlar o tráfico de estupefacientes que utiliza o Panamá como rota de trânsito. Essa droga passa direto ou chega às nossas costas para, a seguir, buscar a rota terrestre em direção aos Estados Unidos.

No ano passado, as autoridades panamenhas confiscaram 50 toneladas de cocaína em nosso território. Os índices de homicídios, que estavam em 10 por 100 mil habitantes, subiram de 19 por 100 mil, em 2008, para 24 por 100 mil, em 2009. Este ano, no ritmo que anda, vai subir para 29 homicídios por 100 mil habitantes. Como não existe rigor científico para saber o que está acontecendo no país com a escalada de violência, e cada ano há motivos distintos para promover estratégias nacionais, os jornalistas de um dos jornais que presido fizeram um trabalho de investigação sobre cada um dos homicídios cometidos entre janeiro e fevereiro de 2010.

Em janeiro de 2010, foram cometidos 71 homicídios. Em fevereiro, 66. Os jornalistas não contaram com o apoio da Polícia Nacional para realizar seu trabalho. Deslocaram-se para cada um dos lugares onde os delitos foram cometidos e recolheram dados de familiares e depoimentos dos presentes para determinar as causas e os motivos. Alguns dados chamaram a atenção: a maioria dos homicídios foi cometida nos fins de semana. Dos 137 homicídios, 22 foram por desavenças pessoais; 30 por roubo; 14 por brigas; seis passionais; 14 por narcotráfico; nove por gangues e nove por tiroteios.

Esses dados mostram que o fenômeno da insegurança é um problema mais urbano que rural. Dentro das zonas urbanas, em setores facilmente identificáveis, nem todos os homicídios estavam ligados ao narcotráfico, e sim à violência como forma de solução de conflitos, com predomínio do uso de armas de fogo para cometer os delitos. Nossos bairros urbanos são cada vez mais violentos. Os subúrbios populares produziram o maior nível de violência homicida.

O maior impacto da reportagem foi ter derrubado a principal tese do governo então em exercício. Fazia poucas semanas que o Ministério do Interior havia declarado, quando questionado sobre o tema da insegurança, que “não

se mata ninguém saindo da missa”, responsabilizando o narcotráfico internacional pela insegurança, e optou por estabelecer as 11 estações navais em águas territoriais panamenhas. Ainda que assumíssemos um interesse genuíno em combater o narcotráfico internacional, essa política de segurança proposta não causaria um duro golpe ao crime.

Um estudo da revista *Foreign Policy* levantou dados importantes do negócio da cocaína a partir dos pontos de cultivo e de produção até o seu destino final e a venda ao consumidor. O impacto no preço da cocaína se multiplica, uma vez que do mar passa a uma das rotas logísticas do tráfico. A captura da droga nas rotas terrestres ou logísticas é um golpe muito mais duro ao narcotráfico.

A América Latina enfrenta diversas ameaças à segurança. O narcotráfico é apenas uma delas. A abertura dos mercados, o livre movimento de pessoas e bens, a facilidade na transferência de capitais também nos expõem a outra série de atividades delituosas e a outras ameaças que devemos atacar, da integração de organizações criminosas para negócios como o roubo e a venda de carros usados até os cartéis da droga.

Há novas modalidades de delitos e a consequente necessidade de cooperação internacional entre governos e as classes de segurança. É uma nova realidade para a qual não estamos preparados: nem para combater, nem para submeter os criminosos à Justiça. É parte do fenômeno que enfrentamos, mas não é tudo.

Nossas cidades se tornam cada vez mais violentas porque há conflitos para os quais não se encontra solução política, administrativa ou social, mas que vão, de certa forma, esquentando os ânimos dos cidadãos e acabam se refletindo nos índices.

A boa notícia é que existem instrumentos para detectar estas anomalias, que estão focalizadas. São poucas as organizações policiais que utilizam o mapa criminológico como ferramenta para detectar zonas de alto índice de conflitos. São poucos os políticos que desenvolvem políticas públicas, utilizando essas ferramentas para buscar meios que diminuam os fatores de conflitos nas zonas vermelhas.

Não há uma solução mágica, nem única. A realidade das ameaças à segurança pública é que a forma como funciona o Estado, e sob a qual se construiu nossa economia, tem uma incidência em algumas modalidades do

delito que antes não eram objeto de atenção, e contra as quais nos temos que proteger.

Entretanto, não devemos perder de vista que muitas das ameaças à segurança pública são internas. Nossa gente, nossa sociedade, nosso ambiente são os seus criadores, ainda que a modalidade do delito seja nova. Se virmos a questão da segurança como uma pirâmide, a sua base seria a prevenção. Se conseguirmos prevenir que se cometam os delitos, não ativaremos os próximos segmentos da pirâmide. Quando um delito é cometido, ativa a polícia de investigações, o Ministério Público, o Judiciário e o sistema penitenciário.

O incremento dos delitos aumenta o trabalho de todas as instituições intermediárias, judiciais e executivas. Quando o sistema se sobrecarrega, pelo número de expedientes, causa pressão para aumentar os orçamentos do Ministério Público, do Judiciário ou do sistema penitenciário. Mas essa sobrecarga das instituições judiciais tem outro efeito, não tem capacidade para castigar os delinquentes. Assim, devemos buscar meios para prevenir os delitos de forma a aliviar a carga que pesa sobre todas as classes da justiça. Quanto mais prevenção, menos sobrecarga e atividade de outros elos da segurança, e também mais efetividade do sistema judicial no castigo.

É Preciso Valorizar as Polícias

3

José Vicente da Silva Filho

*Ex-Secretário Nacional de Segurança e
ex-Consultor do Banco Mundial*

Todos os brasileiros assistiram às manifestações no Rio de Janeiro contra o projeto de lei que pretendia reduzir em R\$ 7 bilhões o que o Estado arrecada anualmente com os royalties do petróleo. Pouca gente se dá conta de que a violência no Rio Janeiro custa, por baixo, 5% do PIB fluminense, o equivalente a R\$ 15 bilhões por ano. Esse é o royalty que a violência cobra da sociedade todo ano. Se a violência cair pela metade no Rio, teremos entre R\$ 7 e R\$ 10 bilhões por ano revertidos em benefício da população.

O Brasil registra por ano 45 mil homicídios. Mais de 50 mil mortes em acidentes de trânsito. Ou seja, por baixo, são 100 mil pessoas mortas violentamente todos os anos. Pessoas que teriam pelo menos mais 20 anos de vida. Significa dizer que nós jogamos fora dois milhões de vidas, todo ano, no Brasil. O cálculo do Banco Mundial é que na América Latina quase 10% do PIB dos países é torrado na violência de maneira geral. Isso pode chegar a mais de 20% do PIB na Venezuela.

Nos últimos anos, debati a violência em diversos países latino-americanos e também na Universidade de Harvard. É curioso verificar nesses debates com representantes, a maioria cientistas políticos, sociólogos da América Latina — como aconteceu em Buenos Aires e também em Bogotá — que a questão da segurança pública é extremamente ideológica nesses países. O argumento é o seguinte: se nós temos uma violência tão grande, é porque as polícias e o sistema de justiça criminal não estão funcionando. Portanto, eles entendem que temos de buscar outros caminhos para reduzir a violência, como o envolvimento de todos, uma participação intensa de ONGs, ações para diminuir a desigualdade e reduzir a pobreza.

Mas são fatores quase fora do controle da sociedade, porque levarão décadas, gerações para serem superados. O que percebemos é que, de maneira geral, essas estruturas são muito mal trabalhadas na América Latina. Ao invés

de tentar buscar respostas fora do ferramental da Justiça Criminal, precisamos antes perguntar por que ela não está funcionando. A polícia, de maneira geral na América Latina, é tratada como órgão repressor do Estado contra seu cidadão.

É curioso observar que o país com menor indicador de violência seja o Chile, que tem a polícia mais militarizada de todas as Américas. É curioso observar que, nos últimos dois anos, pesquisas apontam que a instituição mais respeitada e admirada no Chile é a sua polícia, os carabineiros. Se perguntarmos ao cidadão o que acha da polícia deles, responderão: “São incorruptíveis”. Respeitase a polícia onde são dadas condições para ela trabalhar.

Mas aqui na América Latina, de maneira geral no Brasil, a polícia é muito maltratada. Desestimulada, desorganizada, mal paga, mal fiscalizada, mal gerenciada. Os resultados são cruéis. Vamos observar uma diferença muito próxima da gente. Nós tivemos, neste ano passado de 2009, em Salvador, aproximadamente 2,2 mil homicídios. Salvador tem três milhões de habitantes. A cidade de São Paulo com 11 milhões de habitantes teve 1,2 mil homicídios. Nos últimos três anos, se pegarmos o atual governo da Bahia — não interessa quem está no governo — e compararmos com o governo de São Paulo, tirando os dados de 2006, que foi o último ano do governo anterior, e compararmos com 2009, veremos que na cidade de São Paulo os homicídios caíram 39%. Em Salvador, subiram 90%. Isso é uma calamidade. Como é que conseguiram? Não é um indicador de estatística: foram vidas.

É lógico que segurança pública é mais do que isso. Isso é muito mais do que se pensar em banco roubado, carro furtado e coisas do gênero que também atormentam a nossa vida. O que acontece de diferença é que se desenvolveu trabalho de fundo na polícia de São Paulo. Existem 1,6 mil favelas só na cidade de São Paulo. São quase dois milhões de habitantes vivendo em favelas e cortiços na caótica cidade de São Paulo.

Se conseguimos reduzir a criminalidade em São Paulo, por que ela não cai na Bahia? Fiquei surpreso ao descobrir que na Bahia o policial termina o seu serviço, vai até o quartel, devolve seu revólver e o colete. O Estado não confia em deixar uma arma com o policial para a sua proteção. Em São Paulo, há mais de 30 anos o policial leva a arma para casa. É a proteção dele. Um instrumento que o Estado oferece. Mas se ele perder a arma? Paga. Se ele roubar com a arma do Estado, ele vai pagar por isso. Um soldado em São Paulo, hoje, é formado em dois anos. A escola de formação de São Paulo recebeu certificação ISO 9002.

Quando se investe em qualidade, os resultados aparecem.

Maltratou a polícia? Vai pagar caro por isso. A sociedade paga. Nem sempre os responsáveis políticos pagam por isso, lamentavelmente. O fato é que se vive melhor quando se trabalha mais com isso. Esse debate ideológico na América Latina acaba gerando políticas equivocadas e conseqüentemente a alocação de recursos vai para esse fim. Nós temos um programa nacional do Governo Federal, no qual botaram um nome complicado, Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. No ano retrasado, contrataram uma ONG do Rio de Janeiro — virou uma festa das ONGs no Brasil — que é das mais ricas do mundo, a Vivo Rio, por um preço exorbitante, para fazer uma cartilha de policial cidadão e entregar para a PM do Rio de Janeiro. O secretário esbravejou e o projeto foi cortado.

O Governo Federal entrega R\$ 100 milhões para a prefeitura do Rio de Janeiro empregar em programas de prevenção à violência. Aí vem a política equivocada: inclusão digital, que está entre as ações previstas, previne a violência? Programa de ciência itinerante reduz a violência? Dar bolsa para reservista que acabou o serviço militar diminui a violência? Estamos falando de milhões de reais. Melhor jogar do helicóptero do que gastar mal.

Um dos problemas que a gente observa pelo continente é que os conceitos errados levam a políticas equivocadas e ao desperdício dos limitados recursos públicos que temos. Os médicos recomendam: para evitar problemas do coração, coma comidas saudáveis, magras, com pouco sal, faça exercícios físicos e evite estresse no dia a dia. Mas não adianta falar isso para um paciente que está na UTI do Instituto do Coração em São Paulo. Ele não vai começar a andar e parar de comer sal, porque precisa ser operado do coração.

Nosso problema é dar respostas para problemas urgentes da crise grave da segurança. Mas isso não é prevenção, é repressão. A gente precisa tirar esses rótulos todos, porque na verdade essa experiência que vimos em Harvard é muito clara, muito elementar. O que reduz o crime? A capacidade de o Estado responder ao crime, reduzir a impunidade, tornar o preço do crime muito alto para o criminoso. A questão é simples: nós tivemos 2,2 mil homicídios em Salvador, mas e os outros 3 milhões que tiveram muitas razões para matar alguém e não mataram? Por que a favela da Rocinha tem 70 mil habitantes e apenas uns 2 mil estão delinquindo, enquanto outros estão lá vendendo o chá mate na areia escaldante da praia? Tem muita gente colocando dinheiro grosso na cueca e

não é exatamente um pobre. Tem pós-graduação. O problema que nós temos é de uma impunidade galopante no País. É óbvio que temos que pensar num pacote muito grande de providências se esperamos uma política ampla de segurança pública, mas a nossa UTI é o aparato capaz de dar resposta, resposta incapacitante aos grandes bandidos que nós temos.

Nem todo preso é recuperável. Temos 25% de presos psicopatas irrecuperáveis. Precisamos rever a legislação penal para criminalizar predadores, não interessa se têm 15 ou 17 anos, que ameaçam a sociedade. São psicopatas jovens que precisam de um tratamento, que não é o que é dado hoje pela legislação das crianças e dos adolescentes. Não se trata de rebaixar a idade penal para todo o mundo, mas esses predadores precisam ter respostas, como fez a Colômbia recentemente. Nós temos alguns dramas que, até por inconveniência política e religiosa, não se tocam nesse país. Temos 600 mil crianças que nasceram de mães adolescentes pobres e não temos um programa decente de planejamento familiar para 100 mil crianças que nasceram de mães com 13 anos. Não se pode falar em descriminalizar o aborto que cai o céu, mas é preciso pensar nessas questões também.

Fala-se muito em programas sociais, mas não se fala que o melhor programa social chama-se Educação, que o melhor instrumento social chama-se Escola. Existem 230 mil equipamentos chamados escola no Brasil, perto de cada criança. Mas uma escola de má qualidade. Temos 6, 8 milhões de crianças que abandonaram a escola e estão sem trabalho, jogadas nas ruas. São jovens que merecem ter acesso à cidadania de primeira classe. O que interessa não é o Brasil ser um país de primeira classe para frequentar os salões da Europa e dos Estados Unidos. Nossos cidadãos é que precisam ser tratados como de primeira classe.

Queremos uma polícia eficiente e respeitosa. Esse negócio de colocar adjetivo em polícia e em segurança é uma bobagem. Inventaram agora a Polícia Cidadã. É importante a gente afinar o discurso, porque precisamos de um mecanismo de pronta-resposta. São Paulo mostrou que funciona. O desenvolvimento da Bahia e do Nordeste, a geração de empregos, que melhorou muito mais aqui do que em São Paulo.

A autoridade de segurança dirá que o homicídio aumentou porque está chovendo crack em Salvador. Nós temos uma área da cidade de São Paulo chamada Cracolândia, onde existem mais de 3 mil registrados como consumidores

habituais, e praticamente não acontece nenhum homicídio ali. Quando se começa com muita desculpa, a polícia relaxa.

Há também um discurso frequente na América Latina de que o Ministério Público precisa ter poder de investigar. Há um projeto de lei em Honduras e outro na Argentina, nesse sentido. Isso é uma bobagem. Polícia precisa ter uma capacidade de resposta imediata, principalmente aos crimes graves. Ter alta competência, estrutura, recursos adequados para fazer uma boa investigação. O Ministério Público vai receber esse relatório da investigação, vai cobrar a fiscalização. Há uma demanda para fazer um reexame dessas instituições.

A boa gestão do sistema de segurança pode fazer uma diferença muito grande entre uma sociedade ameaçadora para seus cidadãos e uma sociedade onde se começa a se desenhar um novo padrão de qualidade de vida. Nós temos o direito.

Os Desafios da Participação da Sociedade Civil

4

Rocío San Miguel

Presidente da Associação Civil de Controle Cidadão para a Segurança, Defesa e Força Armada Nacional da Venezuela.

Sabemos que a segurança pública se construiu de forma muito precária e, até hoje, se existem alguns casos de sucesso, são quase sempre locais e tiveram financiamento proveniente da cooperação internacional, sem a mão do Estado, envolvido diretamente na produção desses resultados. Há um longo caminho para que possamos apontar esses casos como uma tendência real, eficaz e exitosa.

Ainda estamos tentando articular Estado, regiões, municípios, sociedade civil, especialistas, acadêmicos, universidades e legisladores, a fim de encontrarmos uma maneira de estabelecer premissas gerais que tornem eficaz a participação da sociedade civil nos temas de segurança pública. Lamentavelmente, a teoria das janelas quebradas, que tende a criminalizar a pobreza, teoria satanizada pelos sociólogos, mas defendida por pragmáticos, parece perseguir a sociedade civil — condutas não civilizadas que são contagiosas e pessoas civilizadas que se retraem diante de um ambiente hostil. Na verdade, tanto num polo quanto no outro, o certo é que, para a sociedade civil, extenuada com a rotina da vida diária, será difícil se envolver seriamente com tema tão espinhoso e ingrato.

Custa muito ao cidadão comum ganhar o seu pão, lutar contra o custo de vida. Não se pode esperar que, além disso, encontre tempo de se ocupar, fiscalizar, exercer o controle cidadão ou cooperar com mecanismos e soluções práticas para as políticas de segurança.

A questão da participação civil, diante dos desafios da sociedade civil, demanda cada vez mais espaço. O tema foi incluído na agenda da maioria dos órgãos da OEA (Comissão Interamericana dos Direitos Humanos), os quais incorporam a problemática da segurança pública, entre outros temas. Podemos dizer que as estatísticas sobre criminalidade e violência, fornecidas por organizações não governamentais à OEA, mostraram-se úteis e eficazes no que se refere

ao controle exercido pelo cidadão em relação ao Estado, de forma a elaborar conceitos para estabelecer cifras e começar uma agenda de discussão que, sem dúvida, não se anuncia pacífica, mas que deverá ser inclusiva. O interessante dessas trajetórias pode ser a análise dos casos de cada país: falar sobre nossas experiências e compartilhar êxitos e fracassos que atestem as possibilidades de uma participação cidadã.

Feitas essas premissas, passemos à análise do caso venezuelano em particular. O diagnóstico da segurança na Venezuela mostra números horrorizantes. No Brasil, são cometidos 45 mil homicídios por ano. Na Venezuela são 16 mil, em números conservadores. Outros, mais próximos da realidade, dão conta de 17 mil homicídios anuais. A diferença é que estamos falando de um país de 186 milhões de habitantes contra um de 30 milhões.

Caracas é a segunda cidade mais violenta do mundo, depois de Ciudad Juárez, no México. Esses números demonstram que morrem 1,5 pessoas a cada hora, em nosso país, ou seja, essas tristes estatísticas confirmam que morrem 44 pessoas por dia. Temos um sistema penitenciário com 24 mil reclusos, alojados em 51 centros penitenciários e mesmo ali há violência, com 344 mortes ao ano, segundo cifras oficiais, ou 422, de acordo com as ONGs. Sabemos que morre um preso por dia por causa da falta de garantias à sua integridade.

Se isso não for o bastante para a percepção do problema que temos na Venezuela, podemos acrescentar que, em agosto de 2009, existia um total de 1.896 juízes em todo o país, dos quais somente 936 eram titulares. Isso significa que 50% dos juízes na Venezuela não têm estabilidade. Portanto, se atacarmos o problema das sanções e o controle da segurança pública de uma perspectiva do controle jurisdicional, sabemos o que acontecerá quanto à falta de garantia de emprego que essas circunstâncias suscitam. Enfim, as cifras e a ausência de controles jurisdicionais do Estado sobre a integridade pessoal e sobre a vida alarmam a sociedade civil frente a um Estado com uma característica notória: não produz leis nem para o controle da segurança pública, nem para a Segurança Nacional.

Uma das coisas interessantes do Estado venezuelano é que em 1999 foi produzida a 26ª Constituição da nossa história e, pela primeira vez, se dedicou um capítulo inteiro à Segurança Nacional. Essa inclusão é sem precedentes. Aproximadamente 10 artigos, do número 322 ao 332 da nossa Constituição, estabelecem a definição e os conceitos básicos que, por serem acompanhados

de dez adjetivos diferentes, comportam qualquer coisa. Têm a peculiaridade de estabelecer a promulgação de uma dúzia de leis, mas, apesar de já haver transcorrido 11 anos da promulgação da Constituição, ainda não houve a produção normativa, o que é um dado curioso.

Desta forma, podemos questionar se o Estado está promovendo deliberadamente a anarquia, a inexistência de normas que regulem o setor. Podemos dizer que, neste decênio de vigência, nossa Constituição conseguiu reformar apenas três leis: a Lei Orgânica de Segurança Nacional, a Lei Orgânica das Forças Armadas, em três ocasiões; e se fez a Lei da Polícia Nacional, a qual entra em sérias contradições com um dos componentes das Forças Armadas, fato que tornou impossível sua execução prática. Para que fique claro, essa lei atribui 20 competências à Polícia Nacional, entre elas 15 que nos últimos 50 anos eram responsabilidade da Guarda Nacional, um dos elementos das Forças Armadas. Ou seja, criou-se deliberadamente uma zona de conflito. Não se pode entender de maneira diversa, pois a outra interpretação seria que se fez de forma dúbia, justamente para que a norma jurídica continuasse ineficaz no sentido de controlar os assuntos de Segurança na Venezuela.

Outra circunstância é a falta de compreensão sobre os órgãos de Segurança Pública e os de Segurança Nacional. Na Venezuela, existe a fórmula 6+1, que é uma técnica mnemônica para recordar como está composto o sistema de Segurança Nacional. São seis órgãos expressamente sinalizados para atender ao problema da segurança pública, polícias nacionais, estaduais e polícias municipais, ao mesmo tempo corpos de investigações penais e criminalísticas. Em segundo lugar, um corpo de administração de desastres. A fórmula dos seis órgãos de Segurança Pública e a fórmula das Forças Armadas Nacionais para os assuntos de Segurança Nacional. A questão é que resta muita atividade de prestação de contas, de auditoria e de transparência sobre o que realizam essas organizações, concretamente. Algumas delas nem ao menos passam à ação, como a Polícia Nacional; outras saem do papel de forma precária, tendo dificuldade em enfrentar o desafio à autoridade, às polícias estatais e municipais, que enfrentam diariamente, em especial nas regiões em que as prefeituras são de oposição e onde, a cada momento, se subtraem mais e mais competências dessas polícias.

Se me perguntassem qual é o problema mais grave dos venezuelanos nos próximos dez anos, não diria que é Chávez, como muitos podem imaginar,

mas sim a violência estrutural que se arraiga e finca raízes, que se institucionaliza como modelo de conflito cotidiano, que converte a todos os cidadãos em combatentes frente à incapacidade do Estado em garantir os direitos essenciais à vida e à propriedade. É muito fácil fazer um checklist na Venezuela e verificar que o direito mais vulnerável, minuto a minuto, é o da integridade pessoal e, por conseguinte, o direito à vida.

Também temos problemas com o narcotráfico. Somos vizinhos do maior produtor de cocaína do mundo e com todas as consequências daí advindas. Há um fato relevante e digno de atenção: não houve, nos últimos dez anos, nenhuma ação de cooperação policial ou militar entre a Colômbia e a Venezuela. O que então se poderia esperar da fronteira mais viva da América do Sul?

Outro assunto de especial relevância para a Venezuela, por ser um país com mais de 10 fronteiras internacionais, é o tráfico de armas. O Estado não tem jurisdição migratória, fiscal, sanitária, aduaneira, como também nenhum tipo de polícia administrativa sobre a extensão do território nacional, e temos fronteiras complexas, por terra e mar, palco de tráficos históricos. História dos últimos 300 anos, entre Trinidad e Venezuela, na fronteira ABC, Aruba, Bonaire e Curaçau, portas de entrada e saída, dependendo da generosidade ou dos interesses dos tráficos do momento, que atualmente também comporta uma situação complicada do ponto de vista do fim do conflito na Colômbia.

Refiro-me ao fim do conflito na Colômbia, a partir do momento em que esses conflitos começaram a ser criminalizados. Mas esse período pode durar uma década. É, contudo, um fim em termos teóricos, um momento em que se pode determinar quem está vencendo o conflito, quem está com a chave da cadeia. Houve, certamente, ao término da criminalização do conflito, um processo de desmobilização, mas, segundo dados da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, mais de 20 mil desmobilizados têm paradeiro incerto, não se sabe onde estão, o que gera preocupação por parte dos países vizinhos, especialmente Equador e Venezuela.

Na Venezuela, a questão das armas ilegais é um assunto especial. Não somente os 16 milhões que, segundo dados oficiais, estão nas mãos da guerrilha importada, das FARC, do ELN — Exército de Libertação Nacional —, como também nas das guerrilhas autóctones, das Forças Bolivarianas de Libertação. Isso também aponta para a possibilidade de utilização de armas por parte dos paramilitares, e não se trata de um assunto de ideologização da presença de

grupos armados à margem da lei, mas, sim, da deliberada política do Estado de armar coletivos sociais que proliferam com fins ideológicos. É perversa a situação de transferir aos cidadãos questões de inteligência policial, das mãos dos Grupos de Segurança aos chamados paramilitares, tais como a Milícia Militar Bolivariana, que entrou em ação à margem da Constituição.

As críticas que fazemos ao Governo nos colocam do outro lado da calçada, mas não devem significar que somos opositores a Chávez. O trabalho da sociedade civil, independentemente de quem esteja no governo, é sempre fazer críticas e vigiar, controlar como cidadãos, saber o quanto e como se gasta, se os gastos correspondem ao determinado no orçamento. Do contrário, seríamos apenas agentes de propaganda de um governo que, por certo, na Venezuela — diga o que se diga da Quarta ou Quinta República — está fazendo um enorme uso dos recursos para fazer sua própria gestão.

A questão das armas é de grande importância para a Venezuela, mas temos que nos manter atentos, em todos os países da América do Sul, porque os números que parecem não interessar a ninguém mostram que quatro dos cinco países exportadores de armas são membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Em primeiro lugar, os Estados Unidos, em segundo a Rússia, em terceiro a Alemanha, em quarto a França e em quinto os britânicos. Portanto não há um diálogo franco nem mesmo em relação ao narcotráfico. É constante a ideologização do tema narcotráfico na América Latina. Não se fala, por exemplo, do que diz Evo Morales, que afirma ser o Brasil o destino final de 90% da cocaína boliviana; o mal é o império. E, até que não se desfaça essa ideologização, será difícil avançar na busca de soluções reais. É necessário edificar um projeto de segurança pública com conteúdo e viabilidade, que inspire confiança e gere mudanças.

Preocupa-me a ideologização do termo “sociedade civil”. Em países como a Venezuela, o termo adquire um repúdio governamental inadmissível, de confrontação, para associá-lo com a oposição e criminalizar até mesmo esforços genuínos de controle das políticas públicas. Na Venezuela, sociedade civil são os conselhos comunitários, comunas e outros termos da nova nomenclatura que o Estado promove.

Preocupa-me a transferência de responsabilidade, à sociedade civil, de competências outrora governamentais, como a da segurança pública, e a ideia de redistribuir equitativamente a responsabilidade do fracasso. Observo muitas

invenções, nessa manipulação de competências, violando a Constituição e as normas legais. Com esse despojo de atribuições, vejo que precisamos começar a delegar para redistribuir responsabilidades.

Preocupa-me também o fato de que são cada vez maiores os obstáculos legais e administrativos para financiamento dos esforços da sociedade civil no controle das políticas de segurança pública, financiamentos que se buscam pela cooperação internacional. São repudiáveis as leis que proíbem a cooperação internacional para o exercício independente da atividade de ONGs em países como Colômbia, Venezuela, Peru e outros. É inquietante a falta de espaços institucionais hemisféricos para que haja uma verdadeira participação da sociedade civil nesse tema.

Tivemos alguns esforços genuínos. As ONGs contribuíram nas definições do conceito de Segurança Multidimensional, mas apenas umas 50 organizações conseguiram vencer os obstáculos para poder chegar a Washington e tratar de redigir um documento consensual que é declarativo, mas que dificilmente vai conseguir colocá-las frente a frente com os representantes dos governos dos países do hemisfério.

É também preocupante a definição ainda pendente das tarefas que devem ser realizadas pela sociedade civil, que vão além da denúncia e de sua utilização em planos e programas de reinserção de delinquentes.

Certamente falta integrar experiências comparadas, porém é preciso tomar cuidado para não confundir as competências essenciais do Estado com as que possam ser compartilhadas com a sociedade civil. Preocupa-me a desestruturação da família e da escola como elementos-chave nas políticas de largo alcance em matéria de segurança pública, como também a falta de programas que fomentem a cidadania, o compromisso social e a solidariedade. Isso é bem mais complexo do que o conceito de responsabilidade social hoje em voga. Essas disfunções estão minando as possibilidades de longo alcance com as quais a sociedade civil pudesse realmente colaborar.

Chamo a atenção ao que considero envolvimento perigosos. A Venezuela está pondo em prática uma experiência que pede à sociedade civil que se organize em corpos de combatentes, em milícias nacionais, coletivos sociais, comitês de segurança e em conselhos comunitários, a fim de realizar atividades de inteligência social, o que obviamente tem impactado os índices de criminalidade. Essa é uma experiência que, em que pese algum benefício, não deve ser copiada.

Por fim, enumero os pontos que devem ser lembrados: uma perspectiva genuína de armas leves e pequenas, um compromisso não ideologizado do tráfico internacional de drogas, uma vigilância das perspectivas de transparência, controle e auditoria cidadã sobre a corrupção e, finalmente, o apoio da tecnologia. No século XXI, é necessário servir-se de toda a tecnologia disponível para a busca de qualquer solução eficaz.

Um Novo Paradigma no Combate à Violência e ao Narcotráfico

5

Sebastián Acha

Deputado Nacional do Paraguai

Poderíamos discutir o tema da segurança, da insegurança e do medo longamente, e destaco a palavra medo porque, do ponto de vista da sociedade civil, o que vemos são manifestações de insegurança. Estou no meu segundo mandato legislativo e tenho o triste recorde de ter sido o primeiro parlamentar ameaçado pela guerrilha no Paraguai. Como se não nos faltassem problemas, agora temos o autodenominado Exército Paraguaio do Povo, que nada mais é do que uma célula das FARC trabalhando no Paraguai, que não se dedica a reivindicações ideológicas ou a questões sociais, mas, sim, ao narcotráfico, ao tráfico de armas e a outras questões que abordaremos mais adiante. Como se sabe, são questões que andam juntas.

A insegurança vem se convertendo num tema quase que exclusivo na política da América Latina nos últimos 10 anos. Se compararmos com o lugar que este assunto ocupava, há 15 anos, nas nossas campanhas políticas, podemos ver substancial diferença. Hoje, seria impensável que um candidato não o incluisse em suas campanhas.

Obviamente, não conseguiremos esgotar os motivos dessa crescente preocupação do eleitorado, mas quero expor cinco temas para discussão. Temos uma nova dinâmica social empurrada pela tecnologia e temos que procurar compatibilizar o trabalho político com o social para podermos enfrentar os problemas. O primeiro deles, da perspectiva da sociedade civil, é o que José María Mardones, brilhante sociólogo espanhol, coloca como a privatização da vida. Digo isso com base em minha experiência, anterior à atividade política, com o desenvolvimento rural e a dinâmica do Terceiro Setor.

Com a expressão “privatização da vida”, Mardones caracteriza um fenômeno pós-moderno, como um divórcio entre o compromisso do cidadão e a vida pública. O cidadão constrói, hoje em dia, casa com muros cada vez mais altos e, dessa maneira, se aparta do que ocorre na rua. Assim fazem as pessoas

que têm capacidade de gerar mudanças, seja por conta do espaço social que ocupam, seja por seu nível cultural ou econômico.

O homem e a mulher pós-modernos encontraram amparo nas comodidades que os avanços tecnológicos oferecem, como internet, redes sociais, onde, como diz um cientista político argentino, as pessoas podem desvelar sua intimidade sem riscos à sua segurança, podem revelar o que querem, sem sair de casa, sem que seu corpo esteja em perigo. É um fenômeno muito importante, que marca um desinteresse quase que geral dos cidadãos pelas questões da vida pública. Os bairros residenciais mais caros das principais cidades da América Latina têm sido ocupados por guaritas de segurança privada e os parques e espaços públicos vão dando lugar aos condomínios e clubes privados, convertendo a fisionomia da cidade em uma sucessão de muralhas e de ruas tranquilas por onde avançam carros velozes, blindados, muitas vezes acompanhados por outros com guarda-costas armados.

É claro que existe uma preocupação pública em relação à segurança.

Essas mesmas pessoas que se encerram em seus domicílios bem guardados exigem políticas públicas na hora de votar, mas infelizmente o Estado não tem respondido de forma eficiente a essa demanda. O fim da Guerra Fria, o acesso ao conhecimento que a internet propicia e o volume de fortunas que flutuam nas sociedades latino-americanas, sociedades de uma tão grande desigualdade social, criaram um solo muito fértil para o florescimento das guardas privadas que utilizam infraestruturas antes reservadas ao campo militar ou de Segurança Nacional, e que agora estão ao alcance de todos que possam pagar o preço que custam.

Nas capitais latino-americanas, brotam como fungos os condomínios fechados, cujo maior apelo comercial reside na expressão: “segurança para você e sua família”, e esses empreendimentos, muitas vezes, estão em zonas cercadas por bairros miseráveis.

O compromisso do cidadão com a sua cidade, da busca de uma identidade com ela, com o governo municipal, com a autoridade que esteja mais perto para solucionar problemas, está diluído ou totalmente desaparecido, e isso por conta das migrações das pessoas de mais alto nível cultural e econômico em direção aos condomínios e bairros exclusivos, onde os problemas de segurança são bem menores. Nos antigos bairros das nossas antigas capitais, ficaram as classes médias e baixas, à mercê da delinquência organizada,

da delinquência desorganizada — até mais perigosa — e da delinquência do Estado, que é o terceiro fator a ser analisado.

É cada vez mais difícil discutir políticas locais, nos municípios, com os prefeitos ou intendentes, porque não está com eles o poder de decisão, como também não está o nível de interesse público por parte do cidadão. Como corolário, temos esse movimento físico das classes com mais poder, que vem coroar uma descapitalização social, deixando os municípios sem condições de enfrentar os desafios do neopopulismo, que encontrou nessa crise e confusão um bom terreno para desenvolver-se.

Essa situação de confusão e crise tem como corolário ou como pano de fundo o segundo ponto, que é a desigualdade ou a iniquidade, problema central de nossas sociedades. Há um estudo muito interessante que sustenta que os países mais pobres da América Latina, Haiti, Bolívia e talvez Peru não sejam os mais violentos.

A violência se concentra em outros países, como Colômbia, Argentina, Brasil, que paradoxalmente são países muito mais ricos que os anteriores. Assim, não podemos escapar à conclusão de que é a iniquidade a causa da insegurança e não somente a pobreza. A América Latina trilha um caminho ironicamente igual na desigualdade, no que diz respeito ao crescimento econômico e à redistribuição das riquezas, nos últimos cinco anos. A escassa melhora que se apresentou num punhado de países foi insuficiente se comparada aos cruéis índices de desigualdade que afetam a cada um dos países da região. Essa é a realidade da qual ninguém escapa, nos dias de hoje.

Ao problema da desigualdade se está somando o crescimento de projetos populistas, messiânicos, antidemocráticos e antirrepublicanos que, sob a bandeira da igualdade, atropelam as instituições e não somente tomam o poder como usam e abusam dele para enriquecer os seus dirigentes, causando assim mais pobreza às massas populares que dizem defender. O amor aos pobres é tão grande que os fazem multiplicar em milhões!

Para empreender o difícil e longo caminho de construção de uma sociedade mais equitativa, devemos enfrentar as ameaças do neopopulismo com algo mais do que um mero discurso reativo. É preciso despertar condições na cidadania e na sociedade civil. E essas são ações proativas para desarmar a ameaça totalitária dos amados socialismos do século XXI na América Latina.

A participação da sociedade, por meio de grêmios, cooperativas e ou-

tras organizações intermediárias como ONGs ou fundações, não pode ser limitada à defesa de direitos próprios, mas, sim, incidir positivamente, de forma a promover a igualdade de condições iniciais, para que os setores excluídos consigam progressivamente acumular capital físico e humano, inovando e melhorando a gestão do risco e, desse modo, incrementar seus níveis de produtividade. O papel das organizações intermediárias, principalmente as da sociedade civil, é absolutamente insubstituível nesse assunto.

A isso se soma o terceiro ponto de análise, que é o papel dos meios de comunicação. Outro dos fenômenos da pós-modernidade é a superexposição de fatos violentos, que afetam a população, explorada por todos os meios de comunicação, diariamente. A corrupção dentro das instituições encarregadas da segurança interna vai sendo substituída pelos meios de comunicação em sua função tutora, de forma que em alguns países, como o Paraguai, somente 25% dos delitos são apresentados a uma autoridade policial, ao mesmo tempo em que têm cada vez mais sucesso os meios sensacionalistas que se nutrem do noticiário da violência.

Será que existe uma “sensação térmica” da delinquência? Os secretários e ministros encarregados da segurança interna são duramente criticados quando falam deste tema. Recebem críticas da sociedade, dos meios de comunicação e da oposição política quando discutem a percepção de insegurança. Entretanto, há dados muito interessantes que não justificam a falta de ação dos governos, nem dos executivos, como, por exemplo, o barômetro latino do ano de 2007, que dizia que 73% dos latino-americanos temem ser vítimas de algum delito.

A substituição das instituições formais encarregadas da segurança interna pelos meios de comunicação supõe o exercício fundamental do direito à livre expressão. É uma decisão absolutamente livre do cidadão, amparada por tratados, acordos internacionais e por nossas Constituições, mas, mesmo assim, põe-nos em face de uma nova dimensão do problema da insegurança quando, permanentemente, somos infestados com informações que nos mostram calamidades cada vez mais terríveis, crimes e violência em nossas sociedades, deixando-nos com cicatrizes abertas.

Impensável imaginar algum tipo de censura a essa sorte de informações que, no fundo, só mostram em que sociedade estamos vivendo, mas é também insuficiente somente mostrar essas figuras. Elas devem vir carregadas de reflexão dos comunicadores e dos meios à disposição para o consumo da popula-

ção, especialmente a mais jovem. Deve gerar um retorno proveitoso ao enfoque que se dá ao problema da insegurança e não ser apenas um reporte penoso dos homicídios do dia.

É necessário que a imprensa disponha de profissionais especializados no tema da segurança, da mesma maneira como dispõe de especialistas em futebol, em economia ou política. Devemos ter jornalistas especializados em segurança que possam explicar o que estamos vivendo, o que as nossas gerações mais jovens estão acompanhando na televisão. Temos que mudar o enfoque do delito e, quando ocorrer um fato de consternação, devemos colocar os especialistas frente às câmeras e não apenas as vítimas, porque elas reagem de uma maneira irracional a esse tipo de estímulo, pela violência que sofreram. Não se lhes pode pedir que cumpram as leis, que não chorem diante do filho, do marido ou da esposa que acaba de ser assassinado. Isso é muito grave. Assim, além de mostrar essa realidade, é necessário mostrar uma análise mais científica em relação ao problema da insegurança.

Passemos ao ponto seguinte de nossa análise, o narcotráfico. É a ameaça mais alarmante, não só aos nossos governos, mas à própria sobrevivência de nossos Estados. E não são poucos os especialistas que o afirmam, com veemência cada vez maior. O substancial crescimento dos negócios vinculados ao narcotráfico, a fragilidade institucional da maioria dos Estados latino-americanos, a vinculação das guerrilhas a essa atividade ilegal são elementos de uma situação que, se não for abordada de maneira sistêmica e internacional, deixará o continente em uma situação de incógnita com respeito à capacidade de enfrentar as funções mínimas de segurança que toda organização política, digna de seu contrato social, deveria oferecer.

Presenciamos, alarmados, o volume de recursos humanos, monetários e logísticos com que operam, hoje em dia, os grupos criminosos vinculados ao tráfico ilegal de drogas. O volume de negócios supera inclusive o PIB de vários países latino-americanos. Somente no México, no último ano, estimava-se que os cartéis vinculados à droga manejassem 25 bilhões de dólares. A participação da sociedade civil se limitou a exercer pressão por meio de grupos de lobby ou organizações de Segurança Pública. Ações úteis, necessárias, mas insuficientes para abordar a atual dimensão do problema.

Por ocasião do último foro “Três Décadas da Terceira Onda Democrática na América Latina”, realizado em Santo Domingo, em outubro de 2009, o pre-

sidente dominicano, Leonel Fernández, fez a seguinte reflexão acerca das soluções propostas para o combate ao narcotráfico, entre elas a da despenalização de certo tipo de drogas: “Não seria mais fácil, barato e útil construir uma quadra de basquete do que comprar armas para combater os grupos mafiosos?” Os comitês cidadãos, a denúncia anônima e a pressão por mais recursos à polícia são necessários, mas insuficientes. É imperativo para todos nós o entendimento, dentro das organizações civis, da renovação do compromisso e da dimensão da participação no combate efetivo a esse vil flagelo.

Por último, analisaremos o sistema carcerário. A dívida da América Latina com a população carcerária, em matérias de direitos humanos, é simplesmente imoral. Ainda que as reformas penais e processuais da década de 90 tenham apontado para a humanização das penas, transformação aceita pelas comunidades jurídica e políticas, não se transmitiu esse espírito à sociedade, que segue vendo e aceitando o cárcere como um lugar de expiação e, portanto, de sofrimento devido aos que cometeram delitos. Os centros penitenciários de menores, mulheres e adultos se converteram, salvo honrosas exceções, em verdadeiros centros de especialização em delinquência e crime, onde, por falta de recursos e do investimento devido, a aglomeração e o confinamento humano convertem em nulas a possibilidade de reabilitação e reinserção dos que cometeram delitos.

A participação da sociedade civil, em matéria de direito penitenciário, deve ser orientada a exercer um controle sobre os direitos dos internos, a fim de que possam ter uma mínima possibilidade de reabilitação dentro das penitenciárias. Para que isso ocorra, não bastam os discursos políticos nem as ações midiáticas. É preciso investimento financeiro do setor público e do setor privado em sistemas carcerários mistos que ofereçam possibilidade de trabalho, a fim de romper o paradigma cultural dominante de que o presidiário é irredimível e não suscetível de nenhum direito humano. Devese mostrar que o investimento em sistemas correccionais redundará em benefícios à sociedade e que é grande a porcentagem de reinserção se tivermos melhor predisposição a respeito da população carcerária.

Para concluir, é certo que não se esgota aqui o papel da sociedade civil em matéria de segurança, pelo contrário, os pontos que analisamos são pontas de lança para discussões futuras. Em tempos de desencanto com o que é político e público, é necessário e urgente envolver a sociedade civil na preocu-

pação das questões de Estado. Os mecanismos políticos tradicionais não são suficientes e o discurso do alto do balcão também não é. Precisamos inovar. Assim como fizemos no setor privado, temos que fazer no setor público. É necessário o entendimento da classe política para comprometer os cidadãos com esse novo paradigma do combate à violência e ao narcotráfico. Somos absolutamente conscientes da dificuldade desse caminho, mas também absolutamente conscientes de que é o único em que podemos transitar.

Visitando Delegacias

6

Klarissa Almeida Silva

Socióloga. Doutoranda em Sociologia e Antropologia UFRJ e pesquisadora do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana/UFRJ. Trabalhou no Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (2009-2010), no Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública/UFMG (2002-2008) e na Secretaria Nacional de Segurança Pública (2004).

Vou falar sobre o Programa de Visitas às Delegacias, que é justamente um programa em rede. Quem organiza esse projeto é a Altus, uma Aliança Global² de centros de pesquisas e ONGs, da qual o Cesec (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania) é um dos membros fundadores. A Altus montou uma rede internacional para trabalhar política de segurança pública. Um dos seus projetos de cunho voluntário é a Semana de Visitas a Delegacias de Polícia, do qual sou coordenadora regional no Rio de Janeiro. A Semana de Visitas acontece desde 2006, sempre no fim de outubro, e seu objetivo é identificar as boas práticas, nivelando por cima o que se entende por qualidade de atendimento ao público.

Por isso, quem avalia essas delegacias são os cidadãos de cada cidade contemplada pelo projeto. Eles visitam delegacias previamente sorteadas. Em 2009, o projeto abarcou 19 países. Na América Latina, tivemos Brasil, Argentina, México, Bolívia, Chile, Colômbia e Peru. Entre os dias 26 e 30 de outubro foram visitadas 1.014 delegacias em todo o mundo. No Brasil, foram 235 visitas e mobilizados 449 cidadãos. Um terço deles nunca havia entrado em uma delegacia antes e foi um exercício muito rico para nós porque permitiu a desconstrução do estereótipo do policial.

Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Goiânia, Brasília, Fortaleza, Recife, Belém do Pará e Porto Alegre foram as cidades visitadas no Brasil. Além dessas cidades, outras duas pediram para serem incluídas no projeto: Juruti, no Pará, e Pelotas, no Rio Grande do Sul, que fizeram as visitas sem ajuda de custo.

² Para mais informações ver o site www.altus.org.br

No Brasil, foi necessário criar uma rede interna, com centros de pesquisas, nestas nove capitais, e isso deu certo. Conseguimos firmar parcerias com pesquisadores e ONGs de todo o país. Para fazer a avaliação das delegacias pelos visitantes, foi montado um kit de visitas, um formulário com vinte questões traduzidas para o idioma de cada país. O kit direciona a observação dos visitantes para elementos importantes do serviço oferecido pela delegacia, ajuda a avaliar em que medida elas são projetadas e operadas para atender ao público. Essa avaliação varia de totalmente inadequado, que seria a nota zero, a excelente, que seria a nota cinco. São avaliados cinco itens da delegacia, com quatro perguntas em cada item. As temáticas avaliadas são: (1) orientação pela comunidade, (2) condições materiais, (3) tratamento igualitário do público, (4) transparência e (5) prestação de contas e condições de detenção.

A pesquisa revelou que os principais pontos a serem melhorados nas delegacias do Brasil se concentram nos quesitos (1) transparência e prestação de contas e (2) condições de detenção. Já as outras avaliações são mais positivas, ou mais adequadas, à expectativa do público que visitou.

Toda delegacia deveria dedicar-se, integralmente, ao cidadão, porque todos nós somos potenciais usuários dos serviços prestados por elas.

Não podemos esquecer que, no passado (e talvez ainda no presente), a tortura era usada como meio de obter informação e confissão. Hoje, o que se espera da polícia, principalmente da polícia judiciária, é um *modus operandi* diferenciado de sua tradição inquisitorial; espera-se um trabalho conjunto com toda a população; espera-se que a polícia passe confiança à comunidade, fazendo com que as informações cheguem de modo seguro e que as pessoas se sintam seguras ao procurarem o serviço de uma delegacia.

Sabemos que uma delegacia faz outras coisas, além de investigar os crimes. Ela orienta as pessoas, auxilia na solução de seus problemas e, por isso, antes de tudo, faz um trabalho de integração comunitária. Nesse sentido, destaco as boas práticas identificadas nessa Semana de Visitação às Delegacias de Polícia.

A melhor delegacia do Brasil, segundo a avaliação desses cidadãos, foi a 23ª Delegacia do Méier, do Rio de Janeiro. Essa delegacia pediu para ser visitada e chamou a atenção pela capacidade que tem de atender as demandas da população residente naquela área.

A 27ª DP de Campo Limpo (SP) foi a segunda melhor. Ali, o que chamou

a atenção foi a existência de uma brinquedoteca e de livros voltados ao público infante-juvenil. Ela abre, de fato, as portas para que as crianças dessa sociedade possam utilizar esses serviços.

A 2ª DP de Porto Alegre foi a terceira melhor do Brasil e foi onde se observou a institucionalização da delegacia com a política de reuniões com os moradores do bairro, fazendo palestras com o objetivo de esclarecer o seu papel naquela localidade.

Em 2009, a Altus contemplou também as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, e, em todas as cidades, foi visitada pelo menos uma desse tipo. A melhor do Brasil foi a de Brasília.

A 15ª DP da Gávea, no Rio de Janeiro, promoveu três iniciativas que merecem destaque. A primeira delas é um vídeo institucional produzido pelos policiais. A segunda são as cartas personalizadas de agradecimento a pessoas que comparecem à delegacia tanto para depor como para prestar esclarecimento sobre algum crime, fazendo denúncias ou procurando a delegacia para resolver algum problema de criminalidade. Essa carta informa sobre o andamento do inquérito. O terceiro ponto é a informação dada aos detidos que passam algumas horas na cela de custódia. Essa cela é branca, totalmente pintada, e quem fica ali é alertado que, se fizer uma pichação, pode ser enquadrado no crime de depredação de patrimônio público. Com isso, conseguem manter a cela limpa. Uma ação eficaz que garante um mínimo de qualidade durante o tempo que a pessoa está ali.

A 12ª DP de Copacabana, Rio de Janeiro, ministra aulas de defesa pessoal aos idosos, dadas pela própria delegada. A ideia é que eles saibam como se defender de uma possível agressão na rua e, com isso, os idosos trazem informações relevantes para o trabalho de inteligência da delegacia.

As melhores delegacias foram premiadas. Além da premiação, fizemos um workshop com todos os coordenadores regionais da Semana, ou seja, com os nove coordenadores de cada cidade, e com os delegados das delegacias visitadas. E foi muito rico porque vimos que os problemas são os mesmos e os pontos positivos também, sendo os desafios semelhantes.

Finalizando a minha fala, gostaria de dizer que levo essa experiência de ouvir pessoas de outros países e do Brasil dentro de uma perspectiva de construirmos redes eficazes, que nos ajudem a melhorar as políticas públicas de segurança.

Segurança com Tecnologia e Cidadania

7

Antônio Ferreira Pinto

Ex-secretário de Segurança Pública de São Paulo.

São Paulo enfrenta graves problemas e desafios como o do crime organizado, o do tráfico de entorpecentes e o do tráfico de armas. Nunca tivemos tanta consciência de armas entrando no estado pela ausência total do policiamento das nossas fronteiras. Em São Paulo, é impressionante o número de fuzis nas mãos do crime organizado. Para se ter uma ideia, são constantes as intervenções de quadrilhas usando fuzis .50. Mas a polícia não consegue adquirir um .50 porque a legislação atual não permite que o Exército autorize essa compra.

Necessitamos refletir sobre a conduta a adotar em relação aos que são flagrados com um fuzil ou uma arma de guerra e àqueles flagrados com um revólver ou uma pistola individual. É extremamente grave a forma como entram os fuzis nas penitenciárias paulistas, que são a maior rede do País: 150 mil presos nas penitenciárias e centros de detenções provisórias e outros 10 mil nos distritos policiais. São Paulo tem mais de 40% da massa carcerária do País e as encomendas de fuzis, pelos monitoramentos que fazemos das facções criminosas, são entregues facilmente.

Fui secretário da Administração Penitenciária por três anos e meio. Nesse período, constatamos a facilidade que os criminosos têm de, mesmo nos presídios, adquirir armas ou armar o pessoal que está sob suas ordens na cidade de São Paulo.

A facção criminosa também é um grande desafio. Todos sabem a importância que teve, em determinado período, nos presídios de São Paulo. Porém, foi reduzida a uma dezena, ou pouco mais que isso, de criminosos, marginais, sendo que todos foram recolhidos em uma única prisão, onde a vigilância é severa; o tratamento, rigoroso; o acesso à comunicação, difícil. Por isso, em quatro anos, não tivemos em São Paulo, uma ação de afronta ao Estado por parte dessa facção criminosa.

A mais importante, dentre as boas práticas de São Paulo em segurança

pública, é a redução da taxa de homicídio. São Paulo possui mais de 42 milhões de habitantes, em 645 municípios, dos quais 10 milhões se concentram na capital. Para tanto, a segurança pública conta com 132.600 policiais, entre militares, civis e técnicos científicos. Temos 95 mil policiais militares, 34 mil policiais civis e 3.600 técnicos científicos.

Entre as políticas de segurança pública que tiveram êxito, a queda na taxa de homicídios é a que mais se destaca com uma redução de 70% nos últimos dez anos. Neste ano de 2010, computamos 10,9 homicídios por 100 mil habitantes no Estado de São Paulo e 11,2 na capital.

Há dez anos, o quadro era preocupante. Na capital, tínhamos 5.327 homicídios ao ano, uma média de 444 por mês e 15 por dia. Em todo o estado tivemos, há dez anos, 12.600 homicídios, uma média de 1.053 por mês e 35 por dia.

Em razão desse quadro bastante preocupante e desafiador, a Segurança Pública de São Paulo reformulou seu Departamento de Homicídio e Proteção à Pessoa.

Temos um departamento especializado na percepção penal em relação a crimes de autoria desconhecida. Esse departamento atua em toda São Paulo e, em casos específicos, onde há necessidade de intervenção, a equipe também se desloca para o interior do estado. Esse departamento é composto de 670 policiais e 161 escrivães, chefiados por 52 delegados, e de 310 viaturas.

Para isso, foram traçadas algumas diretrizes. A primeira delas foi estabelecer laços de confiança com a comunidade. Há uma necessidade de interação da comunidade com os segmentos policiais envolvidos.

O primeiro passo foi a fixação geográfica dos policiais nas áreas de atuação específicas: a capital e o estado foram divididos em regiões. Em cada uma delas se fixou uma equipe para investigar homicídios de autoria desconhecida e, como consequência, houve uma identificação do policial com o local onde ele atuava. A investigação de homicídio requer especialização por parte do policial. Os policiais foram selecionados. A perícia e a preservação do local do crime passaram a ser feitas com bastante cuidado, com auxílio da polícia técnico-científica. Aliás, um auxílio inestimável.

São Paulo investe muito na polícia técnico-científica. Temos 102 unidades do Instituto de Criminalística e Instituto Médico Legal no interior e 52 unidades na capital. São 3.600 técnicos científicos atuando nessa área e que estão

presentes em todos os locais de crime, para fazer o completo levantamento que possibilitará identificar os autores.

Além do engajamento dos policiais na cultura da investigação, também foi necessário implantar um intercâmbio de informação. Esse intercâmbio busca apurar as autorias de homicídios e passou a ser feito com a Polícia Militar, com as guardas municipais, com as sociedades de bairro e com os distritos policiais, o que nos possibilitou um maior envolvimento e compreensão dessa modalidade de crime.

Houve também um cuidado no cumprimento dos mandados de prisão, por uma divisão da Polícia Civil denominada de Vigilância e Captura, priorizando as prisões dos crimes mais recentes, o que proporciona uma sensação de segurança maior à população. Em razão disso, conseguimos implantar esse sistema de confiança da população e da comunidade, que fornece informação e colabora para a polícia exercer a sua função.

Houve uma aproximação da polícia com o Departamento de Investigação e Proteção à Pessoa, com os promotores e com as varas de júris.

Como promotor de Justiça, sei o quanto deixavam a desejar os inquéritos policiais nessa área. São inúmeros os inquéritos que os promotores devolvem à polícia. A polícia cumprindo a cota de forma automática e mecânica, devolvendo o inquérito que só tomaria a forma de denúncia depois de um ou dois anos — quanto mais o tempo passa mais a verdade se esvai. Em razão disso, foi preciso mais racionalidade na elaboração dos inquéritos criminais.

Houve um fluxo maior de informação e também um plano diretor de informática, entre as várias ferramentas utilizadas, a fim de que esses inquéritos fossem instruídos adequadamente e que não voltassem à nova diligência.

Elaborando o inquérito com todos os detalhes e esboçando todas as negligências propiciamos ao Poder Judiciário uma maior seriedade na apuração e na penalização desses autores. Em razão disso, houve uma informatização nos livros de ocorrência, como também foi criado um álbum eletrônico para acabar com aquela cansativa verificação em álbuns de fotografias. É feito um perfil do criminoso, se ele atua mais no tráfico, se ele atua mais no sequestro, onde predominam as facções criminosas. Tudo isso trouxe uma racionalização ao serviço.

O número de inquéritos caiu gradualmente, e com isso aumentou a qualidade. Também fizemos um levantamento, na polícia, a fim de encontrarmos aqueles policiais que tinham talentos especiais. Constatamos que havia bió-

logos, dentistas, experts em informática, e todo esse contingente foi lotado no Departamento Jurídico de Proteção à Pessoa.

Existe uma relação muito grande e muito importante entre vítima e autor. Constatamos que 60% estão distantes um do outro de 500 a 1.000 metros — 80% estão distantes, vítima e autor, em 1 km. Com isso conseguimos uma redução sensível. Temos como exemplo a região mais violenta de São Paulo, o Jardim Ângela, que teve 223 homicídios em 2000, ou seja, um homicídio a cada dia e meio. Em 2009, esse número caiu para 47 homicídios. Houve uma redução de 79%.

Constatamos que inúmeras chacinas eram praticadas pela mesma arma, mas não pela mesma pessoa que a usava. Isso nos possibilitou efetuar prisão em uma, duas ou três chacinas. No ano de 2000, tivemos 43 chacinas em SP; em 2009, tivemos 11; e, neste trimestre de 2010, tivemos somente duas. A redução foi sensível graças a esse combate a esse tipo de crime. Também houve uma ajuda da população na denúncia de criminosos. Uma ferramenta muito importante foi o Disque Denúncia, com garantia de anonimato ao denunciante, e a adesão da população. O resultado foi muito bom.

Criamos também os Conselhos de Segurança. Em São Paulo temos mais de 800 Conselhos de Segurança nos quais há participação da comunidade, discutindo a segurança, os aspectos que mais afligem aquela comunidade, trocando informações e sugestões com a polícia, buscando a melhoria da segurança. Além disso, houve uma intensificação do policiamento preventivo e especializado, e uma interação da Polícia Civil com a Polícia Militar, que trouxe um intercâmbio muito bom.

Designou-se um policial encarregado de investigar o perfil de um homicídio, passando todos os dados do suposto autor do homicídio, a fim de que a Polícia Militar fizesse também um patrulhamento com os olhos voltados para esse indivíduo como o possível autor. Houve a necessidade de iluminação nos pontos críticos, de regularização dos loteamentos que estavam sendo construídos em áreas de risco, de construção de uma área de lazer e de fiscalização nos bares — na periferia eles são fechados às 23 horas. Também houve a valorização dos policiais que trabalham na área de homicídio. O policial que mora na zona norte atua na zona norte e não precisa atravessar a cidade para uma área longe de onde ele reside. Isso teve um resultado muito bom na produtividade.

Na capital, em mais de 10 milhões de habitantes, houve, em termos de

percepção penal, uma redução de inquéritos policiais instaurados. Em 2001, tivemos 1.970 inquéritos instaurados; em 2009, instauramos apenas 667 pela redução da criminalidade nessa área; em 2001, tínhamos 5.664 inquéritos em andamento; em 2009, tivemos 2.496 inquéritos. Ou seja, aquele aperto com 7.894 inquéritos policiais mal elaborados, que tramitavam anos e anos entre delegacias e fórum, foi reduzido a 3.163, e isso com o mesmo número de delegados e escrivães. Hoje, podemos dizer que o quadro é bem animador.

Houve uma redução de 76,8% dos homicídios na capital. Caíram de 12.818 para 4.557 por ano. Por mês, de 1.068 passamos para 379, e de 35 homicídios diários passamos para 12,5 — uma variação de 64% na redução de homicídios, nesses 10 anos. E apesar do aumento da população nesse período, estimamos que se conseguiu evitar a morte de 22 mil pessoas.

Isso mostra os aspectos mais importantes, que indicam ser possível reduzir a taxa de homicídio investindo não somente em equipamento, mas também na valorização do policial.

Além disso, temos outros programas de políticas públicas de sucesso que o governador Serra denominou de Virada Social. A Virada é a intervenção da polícia em outros segmentos da sociedade, em outros órgãos municipais, estaduais e naquelas comunidades mais carentes, onde o crime começa a querer predominar e tomar o lugar do poder público. Nesses bairros, em locais mais violentos, é feito um mapeamento de todas as áreas, um planejamento e um estudo. Nesse momento, a Polícia Militar entra em cena e ingressa com a chamada Operação Saturação, e prisões são efetuadas.

Depois disso, cada órgão do estado entra para fazer a parte que lhe cabe naquela comunidade carente. A polícia entra e não sai mais, muitas vezes montando ali uma base, um posto policial ou um posto de delegacia, não saindo mais daquela comunidade. Nessa Operação Saturação, por dois ou três meses, ou até que a situação seja contornada, aquela cidade não ficará à mercê dos criminosos. Essa Virada Social vem dando resultado positivo e deve continuar com as outras administrações.

Outra política pública de sucesso em São Paulo foi o policiamento comunitário. Já muito se falou na falta de sintonia entre a população e a polícia, no modo como a população vê o criminoso e a forma como vê o policial. Temos buscado, nos últimos 11 anos, o policiamento comunitário. A polícia comunitária é um modo de polícia voltada para a cidadania, com integração e interatividade

com a comunidade. O Brasil adotou um modelo que existe no Japão, modelo denominado “kuban”, em que o agente, o policial, trabalha com a comunidade para prevenir situações de risco. A PM, até hoje, mantém um convênio com o Estado do Japão, que reconheceu a Polícia Militar paulista como aplicadora principal dessa filosofia na América Latina.

O policiamento comunitário é tão importante que foi premiado, este ano, pela agência de aprimoramento de Londres, como uma das cinco melhores polícias do mundo. E foi para lá, para receber o prêmio, o sargento idealizador, como reconhecimento por esse projeto que incentiva de maneira muito forte a cidadania, o lazer e a cultura. Nós temos nesse policiamento comunitário 628 bases comunitárias fixas. São policiais que ficam nessas bases, não saem, nem são remanejados. Ficam naquela região, adquirindo confiança da população, e têm uma grande identidade com aquela cidade e com aquele local, sendo que todas essas bases funcionam 24 horas por dia.

Temos em São Paulo um programa educativo de resistência à droga, o Proerd. Esse programa já orientou mais de quatro milhões de crianças em escolas públicas e privadas nos últimos oito anos. Consiste em palestras feitas com policiais fardados, numa estratégia de evitar que as crianças experimentem a droga. O foco são alunos da 4ª série do Ensino Fundamental. Esse programa começou com a parceria com o Departamento Policial de Los Angeles. Conseguimos desenvolver um trabalho muito bom na área escolar e temos aqui — o que não é mais novidade para ninguém — a Delegacia Eletrônica, que nos possibilita auxiliar a comunidade com mais celeridade no registro de ocorrências criminais e outras, via internet.

Podemos dizer sem medo de errar: 60% dos atendimentos em SP não têm nenhum interesse policial criminal. São pessoas que procuram a delegacia para pedir orientação por problemas familiares, por problemas educacionais, por evasão escolar, por perda de documento, por vários motivos que não têm nenhum interesse criminal. Nós estamos incentivando que essas ocorrências sejam feitas pelas delegacias eletrônicas, o que evita o acúmulo de pessoas na delegacia. Há 2.700 ocorrências diárias por meio da Delegacia Eletrônica. Em 2009, o furto de veículos em todo o estado foi de 105.342, dos quais 27.425 foram comunicados através do boletim eletrônico. O registro do boletim de ocorrência é feito de forma digital, o que permite sua padronização, sendo armazenado num banco de dados.

Outra ferramenta indispensável é o videomonitoramento. Temos na capital 30 câmeras fixas, 234 giratórias e também todo o monitoramento das guardas municipais, da engenharia de trânsito, do metrô e de algumas associações de bairros. Tudo isso é concentrado na Polícia Militar para que haja um monitoramento mais eficaz na cidade de São Paulo. Temos também o Fotogrin, ferramenta essencial, uma base de dados da PM com as fotos de todos os criminosos, inclusive as dos presos no sistema penitenciário. Guardamos mais de 300 mil arquivos de fotos dos presos e daqueles que já passaram e tiveram algum indício ou algum inquérito policial. Isso tem ajudado bastante na identificação dos criminosos.

Há ainda o sistema Fênix de reconhecimento de criminosos por impressão digital, entre outras características físicas, como tatuagens e vozes. A polícia científica de São Paulo elabora anualmente 1,2 milhões de laudos e esse número cresce 5% a cada ano. No acidente aéreo da TAM, foram os peritos de São Paulo que fizeram as identificações das vítimas. Foi possível identificar todas as vítimas do acidente da TAM, até os corpos carbonizados.

Esses são alguns dados que posso oferecer sobre a segurança pública de São Paulo, que continua diante de muitos desafios. Temos que caminhar muito, nos esforçar muito para conseguirmos diminuir a sensação de insegurança da nossa população.

A Gestão da Segurança Pública: Lições e Tarefas para o Sucesso

8

Patricio Tudela

Fundação Paz Ciudadania - Chile.

I. O problema

A segurança pública e a insegurança do cidadão se associam com o aumento da criminalidade e com o sentimento de vulnerabilidade diante dela, mas também com o acesso à justiça e a ineficácia do sistema de administração de justiça penal, entre outros. A segurança pública é uma condição fundamental para o desenvolvimento humano. Superando uma visão reducionista, que a subordina unicamente à resposta policial e legal por parte do Estado e seus órgãos, é uma construção social e cultural que depende tanto da política criminal como das distintas instituições responsáveis pelo controle do crime e dos diferentes atores sociais envolvidos nas diversas modalidades do ciclo da prevenção.

A insegurança dos cidadãos é uma característica da América Latina e um dos principais desafios de gestão para os governos democráticos, tanto pela responsabilidade que lhes compete como pelo fato de que os resultados da gestão — se escassos ou insuficientes — podem afetar a percepção da qualidade e da eficácia da democracia. Isso coincide com os avanços em matéria de segurança e democracia.

De fato, ao abrigo de uma visão renovada de segurança na maioria dos países latino-americanos, ocorre já, há muitos anos, uma modificação no paradigma da segurança, transitando em direção a um enfoque mais integral, que progressivamente aborda a insegurança e o risco como fruto de um conjunto de fatores que afetam e tornam vulneráveis os direitos das pessoas e do desenvolvimento humano. Sob tal perspectiva, o desafio consiste em construir certezas objetivas e subjetivas e garantir a todos que seus direitos serão respeitados e que não serão debilitados pela ação e efeitos da delinquência e da violência, inclusive pelos próprios órgãos do Estado, responsáveis pela segurança e justiça em nossa sociedade.

Para alcançar resultados é preciso olhar não só para o problema, mas também para a maneira de abordar as soluções. Uma má gestão dos órgãos públicos torna possível que os fatores de risco sigam, por exemplo, atuando sobre grupos vulneráveis, potenciais infratores e delinquentes prolfícos, entre outros.

Na América Latina, o crime e a violência têm dominado o debate público, tornando-se um dos principais problemas a serem resolvidos nos países em vias de desenvolvimento. Ressalvadas as diferenças de cada país, o cenário se caracteriza por: i) incremento dos índices de criminalidade e vitimização; ii) maior porcentagem de delitos violentos; iii) maior envolvimento de menores e jovens, tanto na qualidade de vítimas como na de agressores; iv) incremento na intensidade de fatores individuais e sociais coadjuvantes do delito e da violência, como o alto consumo de álcool e drogas ou a violência doméstica, para citar alguns; v) aumento na sensação de insegurança; vi) percepção de uma resposta ineficiente das instituições encarregadas da segurança pública (polícia e justiça penal), entre outras facetas.

Entretanto, uma olhada na realidade das intervenções nos territórios, em nível local, onde o Estado costuma mostrar debilidade e carência, permitiria constatar que uma das principais dificuldades da gestão da segurança é, precisamente, a gestão. Em outras palavras, não se trata de um problema de modelos de políticas públicas para a segurança, e sim de como se trabalha a própria segurança. Uma segunda conclusão seria que dia a dia é cada vez mais urgente corrigir o rumo das intervenções dirigidas à prevenção da criminalidade e da violência, especialmente no que toca à sua natureza e à qualidade das instituições.

A experiência no Chile nos mostra que não se trata tão somente de mais recursos econômicos, humanos, tecnológico ou de outros meios, e sim do seu emprego em função de metas e resultados. Nossa fraqueza está na insuficiente profissionalização da gestão no setor das políticas públicas, no desenvolvimento de intervenções que não se baseiam na evidência, na pouca atenção dedicada a boas práticas, no escasso conhecimento científico e na pouca capacidade para aprender a partir dos erros e acertos.

Em certos casos, o ritmo e ciclo da política governamental constituem a principal ameaça à execução, razoável e com eficiência de custos, das estratégias de redução do crime e da violência.

II. A natureza dos problemas

Hoje em dia é mais relevante assegurar resultados do que anunciar intervenções apoiadas no moderno discurso da prevenção. Esse discurso não é mais suficiente. Diversas experiências indicam que a prevenção é como a prática da medicina. Por trás de cada intervenção cirúrgica há um conhecimento científico que permite entender por que e como evolui uma enfermidade, há capacidade profissional e habilidades treinadas, há uma deontologia e uma ética, há saberes práticos e uma visão sobre os procedimentos adequados — validados a partir da experiência — para restabelecer a saúde do paciente. Desta forma, um obstáculo fundamental consiste em superar o enclausuramento, o isolamento que faz com que se entenda o problema como fruto de uma realidade político-comunicacional. Os governos costumam se equivocar quando acreditam que, alterando as prioridades, extinguirão os problemas. O fato de que os índices oficiais de criminalidade — taxas de denúncias e vítimas — não sejam congruentes com a insegurança do cidadão, como ocorre no Chile, não deve servir de desculpa para que não haja políticas mais eficientes e eficazes.

A gestão da insegurança pública se relaciona estreitamente com o desenho e com a execução oportuna de uma política eficaz e com a superação dos problemas derivados de uma administração estatal/governamental chamada a recolocar o cidadão como seu objetivo e a fazer a provisão de melhores serviços como sua tarefa mais urgente, por meio de uma institucionalidade competente para atuar e intervir nas distintas dimensões do problema.

A insegurança pública não é um problema meramente policial. A delinquência, a violência e a insegurança são realidades que têm, ao menos, uma faceta socioeconômica, um componente sistêmico-estrutural e uma aproximação político-governamental. A rigor, os intentos para sua redução ou contenção exigem políticas consistentes e duradouras, um consenso sobre a maneira de enfrentar as causas e suas manifestações, uma alta capacidade técnica e a vontade política, entre outros aspectos também importantes.

Do ponto de vista técnico, os diagnósticos e as avaliações das intervenções em distintos países revelam ser mais provável o êxito, adotando um enfoque multidisciplinar, se forem desenvolvidas ações em diversos planos (integralidade) na escala aconselhável (nível local), envolvendo diversos atores e segmentos da sociedade civil (política pública e participação social).

As políticas de segurança não serão exitosas se não conviverem, de forma coordenada, com a política social, com a política criminal e com a necessária reforma do Estado, ou modernização do aparato público. Mas, definitivamente, também não terão êxito se não forem capazes de promover o “empoderamento” e a apropriação dos governos locais. O aparato público deve encontrar as pessoas para que possam ser gestoras da sua própria qualidade de vida.

A coprodução da segurança, uma diretriz valorizada a partir da experiência de países desenvolvidos e diversos organismos internacionais, ainda está por ser alcançada. Devem ser vencidos os obstáculos jurídicos e as resistências organizacionais derivados de culturas políticas e de uma institucionalidade que não está à altura das necessidades e urgências. No Chile, tentou-se aplicar uma política e uma estratégia de segurança pública, cuja principal fraqueza foi a falta de condições apropriadas para desmanchar os nós e processos críticos próprios da gestão de segurança: informação, coordenação, monitoramento de intervenções, avaliação e aprendizagem organizacional. Assim se destaca o Foro para Modernização da Segurança Pública no Chile, formado por 35 especialistas em segurança e reforma do Estado, impulsionados pela Fundação Paz Ciudadania, que apresentou suas conclusões em setembro de 2009.

III. Reforma e Modernização do Estado. Fator-Chave

Quais são os elementos-chave? Ao menos dois: por um lado o correto e oportuno dimensionamento da natureza dos problemas de insegurança; por outro, as condições com as quais se busca reduzir ou conter tanto as causas como as manifestações e seus efeitos. Refiro-me especificamente às políticas e ações que o aparato público e os órgãos governamentais deveriam empreender como as capacidades necessárias para fazê-lo.

A segurança e a sua materialização se associam a um marco e contexto sociopolítico mais exigente que antes. A reforma do Estado e a modernização das instituições do sistema de segurança e justiça são prioridades que obedecem a uma necessária adequação das instituições públicas a novas exigências: uma gestão pública eficiente, eficaz, de qualidade e transparente.

Quais riscos ameaçam essa aspiração? À convicção, mais ou menos

generalizada, sobre as limitações da atuação policial e sobre as outras instituições no desenho e na implementação de políticas de prevenção e controle do crime e da violência, se agregam, em algumas ocasiões, a improvisação, por meio de propostas parciais e carentes de respaldo técnico e empírico, e a inconsistência com princípios eficazes das políticas criminais. Há muitos mitos sobre a prevenção e enormes tentações que distraem. No final, é pouco o conhecimento válido. As boas práticas, a transferência de um contexto a outro, a aprendizagem a partir do erro e do acerto são escassas.

Porém, também se agrega uma reação exagerada. De fato, a tentação de aplicar medidas que prometam uma “rápida recuperação” dos níveis de segurança das pessoas (política de mão dura que estigmatiza vítimas e algozes), não atendendo às causas estruturais, não somente põe em risco o impostergável respeito aos direitos das pessoas — aprofundando a discriminação e a intolerância — como também vem ratificar o que a experiência internacional nos ensina: de uma parte, que a segurança pública depende de uma eficaz política criminal; de outra, que se requerem capacidades instaladas que permitam seu monitoramento e sua avaliação para introduzir correções e ajustes necessários. O uso da avaliação em práticas de prevenção responde à necessidade de estabelecer uma base racional e científica que permita julgar a eficácia das intervenções.

Assim, do ponto de vista da gestão, é possível identificar algumas deficiências comuns à América Latina, que dificultam o desempenho das instituições responsáveis pelas políticas de segurança pública e acrescentam a necessidade de melhorar as competências para uma melhor gestão:

- a ação pública mantém importantes limites setoriais que impedem uma abordagem integral dos problemas;
- o planejamento dos organismos públicos neste campo é de curto prazo, devido ao marco legal e orçamentário;
- as avaliações dos processos, resultados, impacto, qualidade do serviço e satisfação do usuário são pouco frequentes, especialmente no âmbito da polícia e na administração da justiça;
- é escasso o desenvolvimento de um enfoque de coprodução derivada de limitações institucionais, orçamentárias e subjetivas (cultura institucional);

IV. Políticas Públicas, Gestão Local e Participação

A modernização da gestão da segurança implica modificação nas relações do Estado com o cidadão e aponta para o fortalecimento e aperfeiçoamento da sua capacidade gestora, reguladora e produtora de serviços. Por isso, é um movimento significativo esse da introdução, promoção e fortalecimento do papel da sociedade civil em objetivos de interesse comum e em tarefas que antes eram exclusivas de alguns organismos estatais.

Uma olhada na natureza das intervenções, em distintos países, permite afirmar que as iniciativas que partem do governo central não são suficientes. É necessário somar aos governos locais a ação da comunidade organizada e definir políticas públicas de amplo alcance. Entre essas, por sua vez, conceitos como os que assinalamos abaixo devem ocupar um lugar relevante:

- participação social efetiva e produtiva;
- liderança e coalizão local;
- ênfase sociopreventiva;
- desenho de estratégias de intervenção intersetorial e multidisciplinar;
- monitoramento e avaliação da eficácia e do impacto das intervenções;
- aprendizagem social e inteligência coletiva.

Com esse objetivo, é preciso resgatar a relação entre democracia, insegurança e participação. Na medida em que a sociedade civil aporta elementos ao desenho de estratégias de segurança, o sistema democrático se fortalece.

V. Conclusões e Desafios

A importância e a responsabilidade que cada Estado tem em estabelecer e manter um sistema equitativo, responsável e eficiente de segurança e justiça penal obrigam a tratar o debate das políticas públicas de segurança sem ideologias. A segurança compete ao conjunto da sociedade, para tanto deve ser assumida como uma política de Estado. Este é um aprendizado fundamental em muitos casos.

Outro aprendizado que vem da década passada em matéria de políticas de segurança é que se deve dar mais atenção à forma como se administra a segurança e menos aos debates teóricos sobre os modelos de segurança. A resposta ao desafio que a insegurança dos cidadãos representa tem distintos graus de dificuldades e diversas aproximações ou formas de materialização. A experiência indica que uma coisa são os modelos e outra é a sua aplicação ou implementação. A realidade nos territórios e governos locais supera o reducionismo e a simplificação das estratégias.

Tudo isso tem consequências, especialmente em dois níveis: estrutural e prático. No primeiro caso, uma segunda geração de políticas de segurança deve necessariamente ter superado ou enfrentado cinco grandes desafios, ou tarefas urgentes:

- problemas derivados da delinquência — a violência e o temor — desenvolvendo a institucionalidade necessária;
- a insuficiência ou crise do sistema de prevenção e controle da criminalidade comum e da violência, designando os recursos necessários e legislando a respeito de novas formas de criminalidade e atuação contra elas;
- a consolidação das instituições democráticas, como a capacidade gestora dos governos locais, de forma a assegurar a inclusão e a participação de todos os setores da sociedade;
- uma adequada inter-relação entre justiça e segurança, com uma política criminal estruturalmente consistente com políticas sociais eficazes que se ocupem dos fatores de risco social em grupos vulneráveis;
- a modernização do Estado, desenvolvendo capacidades permanentes para o desenho, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas nesse campo.

No caso do plano prático, existe um conjunto de recomendações e experiências relativas à prevenção do delito. Elas destacam não somente o enfoque da coprodução, participação, enfoque local, entre outros aspectos, como também sublinham a necessidade de avançar em direção a uma nova geração de políticas e de gestão de segurança, versão que resgata a prevenção baseada

no conhecimento e as políticas baseadas na evidência. Desta forma, a gestão da informação, a gestão dos conhecimentos e a gestão do planejamento, do monitoramento e a avaliação são substantivas para o êxito.

Evitar trabalhar às cegas, conter a improvisação, identificar e transferir práticas prometedoras, facilitar a apropriação e o empoderamento dos governos locais, promover o conhecimento científico e prático, criar condições para uma gestão de informação oportuna e apropriada, ocupando-se de medir a evolução da insegurança e a qualidade em termos de custos/eficácia, resultados e impactos são objetivos iniludíveis para alcançar êxito.

Outra lição é a necessidade de sustentar a gestão em uma capacidade técnica. Com isso, apontamos diversas condições e requisitos que devem ser assegurados para maior eficácia do sistema. São relevantes os seguintes conceitos:

- fortalecimento institucional em distintos níveis e setores do aparato estatal;
- sistemas de informação para diagnósticos compartilhados, oportunos, fundados técnica e empiricamente sobre a natureza do(s) problema(s), da(s) prioridade(s) e nas consequências da insegurança objetiva e subjetiva;
- capacidade de gerenciamento (direção e administração), planificação e execução eficientes, guiados por indicadores e índices de resultado e impacto;
- reformulação e inovação nas estratégias e intervenções;
- existência de uma institucionalidade com respaldo político, jurídico, técnico e econômico adequados, entre outros.

A experiência no Chile demonstra que, para ter êxito, se deve profissionalizar e modernizar a gestão do aparato público e dar um salto em matéria de políticas públicas. Não se pode seguir trabalhando e administrando as políticas do setor com enfoques, estratégias e práticas de antanho. É preciso inovar. Para isso, devemos avaliar e promover a gestão do conhecimento, validar as intervenções que entregam resultados prometedores, mas também aprender e transferir as boas práticas para aproveitar as experiências que se detectam em cada contexto, em cada cidade e em cada bairro.

É Preciso Reconstruir Valores

9

Gonzalo Fuentes y Arballo

Diretor de Assuntos Jurídicos da ACEP, Argentina

“O maior perigo da democracia reside na sua própria fraqueza interna, pois é indulgente e benigna e permite que a excessiva liberdade prepare o campo aos demagogos e tiranos.”

A República – Platão – livro nono

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA

1. Introdução

A Ordem do Dia da Informação que abordamos e nos é disponibilizada mediante um bombardeio mediático sistemático, de fazer inveja ao melhor artilheiro da era napoleônica, confronta-nos com uma sucessão de crimes e de violência em constante escalada. Também se percebe nos delitos não só um total desprezo aos bens e à vida alheia, como também idêntico desprezo dos perpetradores dos crimes em relação a sua própria segurança física. A isso devemos somar uma percepção de impunidade dos delitos por parte dos cidadãos, em geral, com a conseqüente demanda de que o Estado provenha prevenção e repressão da delinquência. O Estado, confrontado à exigência temporal, reage de forma espasmódica, conduzido por sua própria necessidade de sobrevivência a gerar novas normas repressivas, na maioria dos casos paliativos para situações que não foram analisadas em sua verdadeira perspectiva e em suas circunstâncias acerca dos fatos que pretende remendar.

Essa sucessão de normas desconexas, que chamamos de “inflação penal”, é a forma mais simples, imediata e ineficaz pela qual o Estado tenta combater a “sensação de insegurança” que perturba a vida dos cidadãos e pela qual os meios de comunicação minam os ansiosos índices de popularidade

dos governantes em poder, fazendo com que os pesquisadores de audiência se transformem nos últimos guardiães da percepção geral.

Imersos nessa problemática, que sem dúvida afeta a todos, a qual consequentemente podemos acentuar como “democrática”, e para efeitos de fazermos uma análise de algumas alternativas para transformar a realidade subjacente, devemos em primeiro lugar realizar uma retirada contemplativa estratégica, indagando as verdadeiras causas desse mal endêmico que vem açoitando não só a nossa sociedade, como o mundo globalizado em geral, mas, no que concerne às latitudes austrais que nos dizem respeito, tentando desvendar fatores estruturais para, em seguida, propor soluções de mesma índole, evitando recair em medidas conjunturais e repetitivas que já mostraram a impossibilidade de remissão dessa grave doença de nossa convalescente sociedade.

1.1 A Democratização da Morte e do Delito

Como corolário dessa breve introdução, já podemos resumir, sem medo de errar, com esta comparação que surge entre assimilar a insegurança a uma “enfermidade” que afeta a sociedade em geral, que a falta de uma política criminal é um mal endêmico na política nacional. A construção de uma política de segurança deve ocorrer em circunstâncias não eleitoreiras, o que é, sem maiores questionamentos, uma das principais origens do atual problema de segurança.

2. Segurança – Conceito

Tirando-se a proposta inicial, para logo retornar com uma perspectiva de confrontação proativa que contenha características inovadoras diante do fracasso de projetos anteriores, é imprescindível fixar o conceito do termo “Segurança”. Assim, podemos começar afirmando que, do ponto de vista antropológico e históricosocial, a necessidade de segurança é acessória a todas as outras necessidades, básicas, reais ou primárias. Como na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, em seu artigo 2º, que estipula a segurança como direito natural e imprescindível do homem. Podemos aqui salientar que o direito

de segurança é um direito que devemos exercer de forma conexa e subordinada a outros direitos, e é uma circunstância que permite aos cidadãos o gozo dos direitos garantidos na Constituição Nacional.

Este enfoque, ao que aderimos, permite outorgar participação na problemática da segurança à comunidade, no sentido de que se devem deixar de lado antigos preconceitos, tais como: que a segurança deveria somente ser abordada por especialista na matéria, em particular por agências policiais, outras forças de segurança e de justiça, os quais, por um imperativo de sua conformação corporativa, nos remetem a soluções que apontam a já mencionada inflação penal.

Coincidindo então em uma perspectiva geral integradora, com um objetivo de inovação e transformação do sistema de gestão da segurança do cidadão, não devemos por isso deixar de observar o valioso aporte de setores das mesmas agências de segurança e instituições judiciais, as quais são precursoras na detecção da origem do agravamento da delinquência e, em uma infinidade de casos, mediante o aporte individual de seus membros propulsores de soluções onde se percebe a necessidade de articulá-las para a estruturação de uma política criminal que contemple um horizonte mais amplo.

É oportuno citar o artigo 2º da Lei Provincial de Segurança Pública da Província de Buenos Aires³, “A segurança pública dá ao cidadão o gozo e exercício de seus direitos, liberdades e garantias constitucionais”.

A lei assinala, no seu artigo 3º, a necessidade de uma interação permanente do “povo da Província de Buenos Aires” com as instituições políticas, tais como a Polícia da Província de Buenos Aires.

Esta norma constitui um valioso precedente no âmbito local e regional, introduzindo a comunidade no centro do planejamento em matéria de políticas de segurança, de forma a conduzi-la mais além de um mero sistema repressivo.

Reiteramos que o sistema repressivo deve coexistir em interação com um enfoque mais amplo, multidisciplinar e inserido em uma política geral que contemple em todos seus âmbitos a iniludível existência de ações delituosas.

Assim, estaríamos seguindo o pensamento de Émile Durkheim, sociólogo francês que sustentava, há mais de cem anos, que uma sociedade sem delito é impensável.

3 Norberto R. Tavosnanska, Seguridad y Política Criminal, 1ªed. Cathedra Jurídica, Buenos Aires, 2006, p. 26.

3. Diagnóstico

3.1 Erosão Social. A Necessidade de Reconstruir Valores Culturais

Com a intenção prévia de tentar enumerar de maneira ampla as atuais causas estruturais que subjazem na raiz do incremento da delinquência em geral, com a conseguinte geração de insegurança, que é percebida pela maioria dos cidadãos, mostra-se pertinente delimitar alguns traços que as englobam.

Se nos consultam sobre nossas raízes culturais, assim como os princípios que regem nossa organização como comunidade, seguramente enumeraremos, prescindindo da obrigatoriedade que nos fixam as normas sancionadas, outras normas de caráter moral, religioso e cultural que consideramos parte iniludível do nosso comportamento. A título de exemplo: seguramente provemos o alimento a nossos filhos por um mandato ancestral atávico, e não porque assim o determina o Código Civil. Oferecemos auxílio a uma gestante ou a um octogênario que esteja perdido na rua porque assim o impõe uma norma moral intrinsecamente aceita por cada um de nós, e não por causa da ameaça de uma sanção prevista no Código Penal. E, inclusive, cedemos a passagem na entrada de uma rua ou de um edifício público por idênticos motivos. Esse conjunto de normas ou valores informais compartilhados entre os membros de um grupo, que permite a cooperação entre eles, foi definido brilhantemente como “capital social” por Francis Fukuyama.

Contudo, somente compartilhar valores e normas não gera em si mesmo capital social, sobretudo quando os valores são errôneos, tal como o caso da máfia italiana, que tem um fechadíssimo conjunto de normas cunhadas sob o código L'omertà; ou o que rege os internos do sistema penitenciário argentino. E ainda que não queiramos generalizar, devemos fazer referência, na busca de causas da situação que ora analisamos, ao comportamento corporativo de alguns setores policiais no conhecimento de ações delituosas dentro das próprias instituições, encobrimo a questão do pagamento de propina em troca de proteção, redes de prostituição e outros delitos.

Concluimos então que “as normas que produzem capital social devem incluir basicamente virtudes como dizer a verdade, cumprir com as obrigações

e praticar a reciprocidade”⁴. Todas as sociedades contam com uma reserva desse capital social e é a estrutura familiar talvez o seu maior reservatório. Assim, geralmente os membros de uma família compartilham confiança entre si, confiança e comunhão de valores que logo transferem a outros âmbitos de sua vida, tais como a assistência recíproca financeira, o empreendimento de empresas familiares, tão importantes na nossa sociedade, e o cuidado dos filhos e dos idosos, quando se requer. É, pois, óbvio, aos olhos do simples observador, que todo esse plexo de normas reconhecidas e de confiança mútua não se transfere à vida pública, na qual todos os níveis de confiança e honestidade são marcadamente mais baixos.

Desde a década de 1960, vê-se o incremento de indicadores e elementos que confluem na negatividade desse capital social, tais como o ingresso da mulher na força de trabalho, o aumento do número de divórcios, as constantes crises econômicas que açoitam o país, o crescente desemprego e outros fatores que a brevidade desse texto não nos permite abordar. Também, como consequência, se incrementou o nível de delinquência. Assim, devemos forçosamente concluir que o nível de delitos cometidos tem uma vinculação direta ao detrimento do capital social que a sociedade sofreu.

Uma vez estabelecida a relação entre os atos delituosos e a perda dos valores tradicionais sociais, para o qual adotaremos daqui em diante o termo “capital social”, vale que nos detenhamos na complexidade da relação detectada.

Podemos estabelecer que a sociedade dispõe de meios formais e informais de estabelecer normas e castigos. Em um imaginário idílico, a melhor maneira de controlar o delito não é mediante uma força policial numerosa e repressora, mas sim por meio de uma sociedade que, acima de tudo, educa aos jovens na observância das leis e normas vigentes.

Devemos também somar a necessidade de encaminhar os que foram sancionados pelo sistema punitivo e, dado à pobreza da educação que prevaleceu nas últimas décadas, prover um sistema educativo paliativo e de reencontro com os valores sociais para os progenitores dos jovens primários, objetivos do sistema educativo.

Em um corpo social corretamente formado, os principais agentes de prevenção da delinquência são os pais, que devem se inter-relacionar nas di-

4 Ley Provincial 12.154.

ferentes comunidades, devendo o Estado não somente permitir o exercício dos seus direitos, como também reclamar a tarefa que socialmente lhes é imposta.

Em relação ao capital social, deve ser objetivo das políticas gerais empreender, nutrir e restaurar esse capital, nas palavras de Toynbee, Esta capacidade de transmitir uma herança social por meio de um canal espiritual é evidentemente o traço característico do homem⁵.

3.2 Principais Causas Estruturais do Incremento dos Delitos

A fim de abordar as causas estruturais do incremento dos delitos, é conveniente rever alguns dados estatísticos gerais dos últimos dez anos, como assinalou o jornal La Nación, em 10 de novembro de 2008: “Onze milhões e meio de argentinos vivem abaixo da linha de pobreza. Por consequência, o desemprego, o subemprego e a perda da cultura do trabalho, a baixa da autoestima, não só dos adultos, mas também dos filhos que padecem da situação, e a necessidade de se confiar à escola pública o sustento diário dos filhos menores, com a conseguinte deterioração da autoridade paternal, são impulsores diretos do aumento da delinquência”.

A Universidade Católica Argentina, em estudo recente, Pesquisa da Dívida Social Argentina, mostrou que 60% das crianças, durante o ano de 2007, viviam em lares vulneráveis, aí entendidos como lares incapazes de satisfazer as necessidades alimentícias dos seus integrantes.

Também os dados obtidos do Sistema Nacional de Informação Criminal (DNPC), em seus diferentes indicadores, mostram um incremento constante na perpetração de delitos contra pessoas e propriedades.

Note-se que tais indicadores só registram pequenas melhoras durante os períodos de melhora econômica circunstancial na última década, mantendo a sua curva ascendente durante o citado período. A isso devemos acrescentar uma taxa de sentenças condenatórias em relação a delitos em torno de 3% no âmbito nacional, e uma taxa de reincidência que estipula que 60% dos que cometeram crimes voltam a fazê-lo, taxa que aumenta para 80% no caso de menores.

Devemos fazer uma nota à parte sobre a ação das forças de segurança e, em particular, sobre as diferentes agências judiciais. Na percepção geral da comunidade, a polícia aparece em 47% das considerações como envolvida

5 Francis Fukuyama. Obra citada anteriormente.

em atitudes ligadas à corrupção, mas aparece com similares índices quanto à predisposição de cada cidadão em recorrer às instituições policiais em caso de necessidade de auxílio — sendo esta última opção amplamente superada pelas opções “algum amigo poderoso” ou “instituição clerical”.

Há diferenças significativas entre os dados provenientes de pesquisas oficiais e pesquisas privadas, e está pendente a tarefa de sistematização, coleta e interpretação de dados empíricos que forneçam uma verdadeira fotografia sobre os delitos cometidos, sua prevenção e posterior encaminhamento por parte do Poder Judiciário, e que sejam capazes de informar, apenas com uma olhada crítica e científica, sem a presunção de maquiagem dos dados para encobrir verdades inevitáveis, a real dimensão do problema. Somente assim poderemos começar a construir soluções de base.

Para efeitos desta análise, queremos propor o seguinte grupo de causas estruturais da “sensação de insegurança”:

3.2.1 Desemprego. O desemprego, com seus companheiros de viagem obrigatórios, o subemprego, a mortalidade infantil e o abandono escolar, constitui uma usina de situações que já analisamos de modo geral. Seu incremento se encontra intimamente ligado com o incremento da delinquência.

3.2.2 Educação. “Não se contrariou o axioma que diz que a educação da infância é uma das mais importantes missões do legislador e que descuidar dela é causar uma profunda ferida no Estado”⁶. A atual situação de crise golpeia com maior força os setores sociais mais esquecidos; o abandono escolar priva as novas gerações da possibilidade de inserção no mercado de trabalho, o que gera círculos de ócio que se convertem em recurso humanos sem conhecimento das consequências e de fácil convencimento pelos grupos do crime organizado.

3.2.3 Tráfico, Uso e Abuso de Drogas e Álcool. Neste ponto, tanto as estatísticas oficiais como as privadas mostram incremento inquestionável do tráfico e abuso de estupefacientes e álcool. Temos visto, nos últimos tempos, importantes apreensões de drogas, provenientes de diversas partes, as quais, dependendo do caso, as autoridades se apressam a nos comunicar. No nosso entendimento,

6 La Política, Centro Editor de Cultura, p.137.

esses incrementos percentuais — sobre os quais, por alguns motivos, parece mais importante a questão da apreensão e não de quem está implicado, e aos quais, sempre segundo as autoridades, confiam-se importantes somas de dinheiro a pessoas ilegalmente ingressadas no país e sem documentação — são na verdade apenas consequência do crescimento exponencial do tráfico e não uma demonstração do aumento de eficiência no combate a esse crime.

Esse extraordinário incremento do tráfico de estupefacientes pode ser equiparado a uma boa ação de um mecanismo de busca de primeira linha da internet. Como esse, tem a questionável virtude de inserir-se em outros âmbitos de delitos e será precursor de crimes violentos contra a propriedade e as pessoas.

3.3 Instituições

“O orgulho é uma afirmação do ser em que o parecer é subsidiário, e, em todo caso, é isto que sacrifica.”⁷ Jauretche.

3.3.1 Poucos dos temas que podemos abordar terão um maior grau de variabilidade de posturas e exaltadas defesas setoriais como a atual situação organizacional e estrutural da agência policial em geral, assim, na busca de um consenso geral que nos outorgue uma posição de partida e congruência, é oportuno coincidir que o Estado deve instruir adequadamente as suas corporações policiais, fixando primariamente pautas de seleção rigorosa, educação e treinamento de acordo com a matéria a empreender, dotando-as não somente dos elementos materiais e técnicos idôneos, como também de condições de trabalho e salários dignos. Diretrizes desse estilo resultam comuns em nível internacional e, inclusive, se encontram determinadas em proposições fixadas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Entretanto, a partir do estudo das pesquisas citadas no presente trabalho, da constante experiência das notícias diárias nos jornais e na televisão, nas quais o pessoal de diferentes corpos policiais se encontra em situações de delito, e do sentir geral, não podemos deixar de inferir que essas instituições encontram um funcionamento muito diferente das que lhe conferiu o Estado em seu esquema organizacional.

7 El Medio Pelo en la Sociedad Argentina, V.3. ediciones corregidor, 2004. p. 295.

A isso se acrescenta a carga negativa que devem somar incontáveis agentes da ordem, que cumprem muitas vezes um excesso de tarefas que lhe são determinadas, colocando em risco sua própria vida. Policiais aos quais a comunidade, em vez de outorgar o devido reconhecimento, identifica com uma percepção geral, o que repercute em um fator não visível, mas não menos importante, como é a força moral individual, nutriente da geral.

Lamentavelmente, essas forças morais, tão importantes para travar batalha contra o crime, não podem ser agrupadas em classes ou em números estatísticos, mas necessitam ser percebidas e sentidas pela sociedade e pelo corpo policial em geral.

Fica claro que, a fim de lograr a transformação da realidade atual, são necessárias propostas de reforma em relação às forças de segurança em geral e às corporações policiais em particular.

3.3.2 O Sistema Penitenciário

Toda tentativa de melhorar a situação da segurança deverá ter em conta o atual estado do sistema penitenciário, dado que seu incorreto e persistente deterioramento repercute não só na vida dos internos, como na sociedade em geral, transformando as penitenciárias em verdadeiras escolas do crime, como vemos nas estatísticas. A reincidência, como moeda corrente, revela-nos a impossibilidade de reinserção daqueles que ingressaram no sistema.

Da mesma forma, as condições de detenção, como confinamento, carência de possibilidades de trabalho dentro das penitenciárias, falta de oportunidades educacionais, insalubridade das instalações e a inadmissível violação dos direitos humanos dos presidiários, não somente são situações que necessitam ser remediadas à luz do cumprimento da Constituição Nacional, como também se constituem em disparadores de violência, já que concluído o ciclo de reclusão os ex-detentos não serão amparados. É lugar comum considerar que “os detentos chegam ao cárcere para serem esquecidos”.

Essa situação vem ocorrendo habitualmente com a passividade e a conformidade sociais⁸. Conhecendo-se a situação de violência intramuros, é

8 Paz Marta, y Azerrad Marcos E., “Sida y drogas en las cárceles argentinas. Una realidad disvaliosa” Cap.III, “Penas y sistemas penitenciarios”, en Elbert, Carlos A., y otros, La Criminología del siglo XXI en América Latina. Parte Segunda, Rubinzalo-Culzoni, Santa Fe, 2002.

preciso que haja um posterior acompanhamento dos ex-detentos, e a sociedade em geral deve ter consciência desse problema. Em virtude do teor desse documento, não podemos tratar essa questão com a profundidade necessária, mas é oportuno propor a leitura do Acordo Extraordinário 640, elaborado pelos juízes da Excelentíssima Câmara de Apelações e Garantias Penais do Departamento Judicial de San Isidro⁹.

4. Propostas

“A segurança é o complemento da liberdade, ou melhor, é a própria liberdade considerada em seus efeitos práticos e em seus resultados positivos. Onde quer que a segurança da pessoa e da propriedade exista como fato inviolável, a população se desenvolverá por si mesma sem mais atrativo do que esse.”

Juan Bautista Alberdi¹⁰.

4.1 Desemprego

Sem sombra de dúvida, o desemprego e o conjunto de situações que gera são causa direta e palpável na segurança individual, e seria muito presunçoso tentar conceber uma proposta para sua erradicação nesta análise, porém consideramos que se possam propor algumas medidas paliativas nesse sentido. O desemprego leva a família do excluído à assistência sanitária, sob a proteção do sistema governamental. Sem querer carregar ainda mais esse que tem seu próprio plexo de deficiências, desejamos propor a elaboração de um marco dos sistemas de saúde nacional, provincial e municipal, de programas de detecção precoce de grupos de risco, a fim de oferecer serviços de assistência psicológica e informação, em particular aos menores de idade. Neste sentido, um programa que integre os reclusos reabilitados com conselheiros e psicólogos, para que a população tenha uma real compreensão do sistema de imposição

9 Acuerdo Extraordinario Nro.640, 10/06/08, Excm. Cámara de Apelación y Garantías en lo Penal del Depto. Judicial de San Isidro (Prov. De Buenos Aires), en relación a las deficiencias existentes en el funcionamiento de la Unidad Penitenciaria Nro.1, ubicada en la localidad de Olmos, Partido de La Plata, publicado por el Colegio de Abogados de San Isidro-Dos Primeras-Año XII, Septiembre, 2008.

10 Sistema Económico y Rentístico de la Confederación Argentina. Editorial Raigal, 1954. P 137.

de penas e cumprimento destas, deve ser implementado, com periodicidade ao estilo dos planos de educação sexual ou de planificação familiar, sendo esses últimos programas vitais nas circunstâncias aqui analisadas.

Esses programas deveriam contar com a participação de organizações sem fins lucrativos, procurando “recrutar”, em sua integração, membros das comunidades de setores sociais desfavorecidos. Não se deve presumir que esses setores sejam necessariamente a origem da delinquência, mas aceitar a realidade de tal como se vem verificando. Pode-se também constituir uma aproximação de setores sociais diferentes, com propostas que contemplem beneficiários de planos sociais e subsídios, tendo-se o devido cuidado de fazer previamente um planejamento, de forma a evitar discriminar aqueles cuja situação já acarreta em si uma inevitável perda de autoestima e de valoração pessoal.

4.2 Educação

Aristóteles afirmava que, quando todos os membros do corpo social têm um mesmo fim, a educação deve ser a mesma para todos, devendo ser pública e não privada. O que é comum a todos deve ser aprendido em comum. Posto isso, essa imperiosidade de educação não se deve limitar aos conteúdos curriculares das matérias. Devem conter as premissas que levem a virtude aos jovens, educando-os em valores mais generosos. Muito se pensa na educação intelectual, mas pouco afincamos na formação do coração, da qual não devemos nos descuidar.

O currículo educacional deve prever situações relativas à segurança tanto como bem jurídico quanto como circunstância atual, na concepção de que a liberdade individual está condicionada à liberdade comunitária plena, a qual deve ser equitativa e justa, contemplativa do bem comum.

O ingresso dos jovens, com idades cada vez mais baixas, no mundo do crime torna imprescindível combater o abandono escolar e também prover programas de divulgação sobre a situação daquele que entra na delinquência, mesmo cometendo faltas menores, que são as precursoras do delito. A detecção antecipada de condutas, tais como a destruição da propriedade escolar, a pichação, a crueldade com animais e o abuso de álcool ou outras drogas, deve contemplar não somente programas de reinserção social, como também algum tipo de pena alternativa, como trabalhos comunitários ou de assistência a seto-

res carentes, programas de ação social e, em casos extremos, a interação dos setores educativos com assistentes sociais.

Nesses casos, a justiça competente deve ter protocolos que prevejam não apenas a situação do menor infrator, mas também do seu grupo familiar, tendo em conta que, nos grupos sociais desfavorecidos, a detecção de um menor em situação de risco pode ajudar a detectar, em estado ainda precoce, irmãos também vulneráveis, especialmente em famílias numerosas, comuns nesses agrupamentos sociais.

4.3 Tráfico, Uso e Abuso de Drogas e Álcool

Indubitavelmente, o Estado tropeça em enormes obstáculos para empreender o combate a esses atores do delito que parecem contar com recursos ilimitados para corromper, aterrorizar, paralisar e subjugar comunidades inteiras. Diariamente, vemos, aturdidos, como certos bairros marginais se convertem em redutos de narcotraficantes, bairros aos quais as forças policiais têm ingresso praticamente vedado, só conseguindo entrar com ações de grande mobilização de operativos, difíceis de montar por conta da sua complexidade e dos agentes policiais e judiciais que precisam agir coordenadamente. Muitas vezes, perguntamo-nos o que ocorre com os habitantes daquelas regiões, uma vez que saem do foco mediático obtido por determinada operação.

É certo que essa imagem com a qual os meios de comunicação nos confrontam é somente a ponta do iceberg. A realidade é que esses cartéis, grupos ou pessoas, como se queira denominá-los, demonstram ter um poder subterrâneo, um nível organizativo e uma capacidade de adaptação que ameaçam e desafiam a formação do próprio Estado. Matéria à parte é estabelecer como é que o quase livre fluxo de capitais lhes outorga a possibilidade de inserção do lucro, oriundo do narcotráfico, no circuito financeiro, possibilitando ingressar em outro tipo de negócios lícitos, contudo vinculado àqueles que lhes conferem maior margem de lucro, como por exemplo, agências financeiras ou empresas de logística e de transporte.

O combate ao tráfico de estupefacientes requer um enfoque intergovernamental complexo, com a inclusão de setores judiciais, forças de segurança, agências governamentais e a inclusão ativa do Poder Legislativo, tanto em nível nacional quanto provincial. Dadas as características organizacionais desse

tipo de crime, é imprescindível aumentar o enfoque regional e internacional para que seja possível ter êxito nessa verdadeira guerra contra o império da cocaína, como define Alvin Toffler.

Também merece atenção especial a ênfase preventiva que devemos dar ao uso e abuso tanto do álcool como de estupeficientes, na população em geral, e na escolar, em especial. É necessário poder contar com estatísticas confiáveis na matéria, que estabeleçam um real posicionamento não somente com respeito ao abuso como também com respeito às suas consequências e aos hábitos urbanos que vão se formando, os quais se constituem em focos precursores da delinquência, particularmente na juventude, onde se vê um incremento despropositado no uso das drogas sintéticas, incrementado pela diminuição nas possibilidades de detenção, dado a suas características morfológicas.

Sintetizando esse ponto, é imperativo desestigmatizar o consumidor. A reinserção social se consegue mediante um tratamento terapêutico que o indivíduo deve enfrentar, partindo da convicção da aceitação de uma situação que é impossível gerenciar sem ajuda profissional. O Estado deve intensificar e prover soluções terapêuticas, como também conduzir de forma periódica campanhas de conscientização e de “desestigmatização” do consumo.

Por último, o uso de todos esses estimulantes, na fase do delito, como sua ingestão prévia aos crimes cometidos não fazem senão aumentar a violência de tais atos, constituindo ciclos de escalada que vão se relacionando e se retroalimentando com o tráfico.

5. Reengenharia, Modernização e a Busca de Eficiência na Polícia

“O homem cede mais ao poder do que à razão; por isso é preciso ter razão e sustentá-la com o poder.”¹¹

Juan D. Perón

Neste caminho no qual vimos andando, um objetivo fundamental da política de segurança consiste em contar com um corpo policial à altura das circunstâncias. Muito se tem escrito sobre os planos de atualização da corpo-

¹¹ Discurso pronunciado en la Confederación General del Trabajo. 2/11/73. Juan Domingo Perón. Todos sus discursos, mensajes y conferencias. Ed. De la Reconstrucción. 1974.

ração policial. Neste documento, já abordamos algumas características de tais propostas, a saber, melhor treinamento, maior volume de equipamentos e pagamento adequado, em especial nos tempos atuais em que o fator tecnológico toma vital transcendência.

Não estamos convencidos de que uma quantidade maior de efetivos policiais consiga melhorar a atual situação de insegurança. Acreditamos que primeiro devemos conhecer a verdadeira delimitação das tarefas dos 210 mil efetivos que integram a estrutura de segurança, com um percentual mais alto por habitante que em outros países da região, sem que isso mostre melhora nos índices de criminalidade.

Em virtude disso, é absolutamente necessário implementar mudanças estruturais para atingir o objetivo proposto. Vale aqui citar o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, o que sustenta a necessidade de desmilitarização na formação da polícia, outorgando-lhe regras estratégicas claras, coerentes e consequentes no tempo.

Diante dessa posição de integração, devemos dar importância à atualização do currículo educacional, tendo observado que o material bibliográfico utilizado nos centros de formação policial denota uma evidente desatualização, com maior tendência à assimilação de conceitos de forma empírica, em vez de crítica. Some-se a isso a estrutura particular das Forças da Ordem, que, dado à sua formação hierárquica tradicional, tende a dissuadir o questionamento por parte do estudante, que acaba aceitando a instrução recebida, de forma a não provocar o sentimento de se estar afastando do corpo. Nesse aspecto, é viável propor a integração dos cadetes dos diferentes estabelecimentos educacionais policiais a universidades públicas, em um número obrigatório de matérias presenciais, constituindo-se essa experiência não somente num aporte enriquecedor à sua formação acadêmica, como também servindo para forjar laços sociais que os integrem aos setores da comunidade onde finalmente irão atuar.

Esse deve ser o primeiro passo da desmilitarização da força.

Ao que já foi colocado, devemos acrescentar uma sólida formação dos corpos profissionais em garantias constitucionais e em direitos humanos, atualmente de inclusão marginal na formação policial. Deve-se instaurar, desde a formação inicial, o conceito de inadmissibilidade de sua violação por parte do policial, no entendimento de que o conjunto de normas deve ser cumprido em sua totalidade e de que todo o procedimento que aí se enquadre gozará de

plena legalidade, mas que, se fugir aos preceitos legais, será sancionado e penalizado, podendo acarretar perda e impossibilidade de dar prosseguimento à ação judicial, que será considerada nula por conta da falta cometida.

Como parte importante de toda essa agenda relacionada à instituição policial, devemos contemplar o duplo objetivo de restaurar a confiança pública na instituição por parte da cidadania em geral e dotar seus integrantes da força moral necessária para o cumprimento de sua função inamovível dentro do Estado, como diz Von Clausewitz: “A importância das forças morais e sua influência, muitas vezes inverossímil, está comprovada na história.”¹²

Como maior aporte à transformação da polícia, resta analisar, como elemento da segurança pública, a atuação cotidiana da instituição. Em tal sentido, é no Destacamento ou no Comissariado que transcorre a maior parte da capacitação, do treinamento e da execução das tarefas diárias, como cita Tavosnanska¹³, e é também ali onde a comunidade tem maior interação com a instituição. Assim, encontramos-nos diante da necessidade de determinar como se produz a seleção dos altos mandos policiais, que, verdade seja dita, carecem hoje em dia de um processo seletivo claro e aberto, sendo o organograma policial decidido mediante resolução e prévia revisão do dossiê pessoal do aspirante, por parte do departamento de recursos humanos, mas, repetimos, sem obedecer a critérios objetivos reais e prevalecendo, muitas vezes, critérios subjetivos que nada têm a ver com a verdadeira idoneidade ou com a ordem de mérito daquele que finalmente será designado.

Por isso, defendemos uma profunda modificação na forma de seleção dos cargos hierárquicos, devendo implementar-se um sistema que traga publicidade ao ato eletivo, com conhecimento dos antecedentes dos candidatos, com exibição das declarações juramentadas deles e de seus cônjuges, permitindo a participação de organizações não governamentais no questionamento do candidato, usando-se a internet e/ou publicações locais, de forma a permitir uma audiência pública prévia na qual os vizinhos possam tomar conhecimento das propostas e dos pontos de vista dos candidatos.

Acreditamos que a inclusão dos cidadãos na eleição das autoridades policiais não somente gera maior transparência na ordem de seleção, como também confere real incentivo aos policiais, que devem merecer suas possibili-

12 De la Guerra, Karl von Clausewitz, Ediciones Libertador, 2004. p. 136.

13 Obra anteriormente citada.p. 93.

lidades de acesso aos máximos cargos em função de antecedentes profissionais e relações com a comunidade, evitando assim ficarem à mercê da política interna institucional. O sistema proposto não tem as características de escolha dos chefes policiais como no mundo anglo-saxão, mas permite uma inserção do cidadão na eleição do seu xerife local.

6. Serviço Penitenciário

Já abordamos neste documento a situação de desassossego que vive o sistema penitenciário argentino, porém a matéria mereceria um trabalho particular. Dentro do escopo deste documento, queremos fazer uma breve reflexão em relação às consequências e à contribuição que o sistema penitenciário traz à insegurança reinante, propondo algumas diretrizes para sua melhoria. Incontestavelmente, deve-se registrar a necessidade de promover a divulgação aos cidadãos das condições atuais do sistema. Também, em idêntico sentido, é necessário que os agentes do sistema de administração do Estado tomem verdadeiro conhecimento do nível de deterioração que hoje encontramos no sistema. Como proposta, poderíamos sugerir a organização de visitas periódicas dos membros dos Poderes Legislativos aos estabelecimentos carcerários, podendo-se também agregar tal programa aos colégios profissionais, aos setores clericais, às organizações sem fins lucrativos e às instituições universitárias, dado que a única forma de elaborar soluções é ter um cabal entendimento do conflito a resolver.

Em segundo lugar, devem-se implantar programas contínuos de formação em direitos humanos, tal como sugerido para os cursos de agentes policiais. O pessoal penitenciário precisa ser conscientizado de que o cumprimento de uma pena não deve trazer junto um acessório de tortura, como elemento complementar. Somente assim pode-se ter a expectativa de lograr uma reinserção dos internos para contê-los em seu regresso à vida civil, com possibilidades de verdadeira reinserção útil. Muito se tem falado de um sistema progressista no que diz respeito a normas e doutrinas a ele relacionado. E chegada a hora de avançar dos discursos à ação.

Conforme diz Foucault, o trabalho deve ser um dos elementos essenciais na transformação e socialização dos internos. Lamentavelmente, em nosso sistema carcerário, um percentual muito pequeno da população goza da possibilidade de praticar ou aprender um trabalho e, se a isso somarmos as escassas

possibilidades educativas que dispõem, podemos supor que ao sair da prisão os ex-detentos tendem a retomar sua antiga atividade, com o agravante de haverem tido um aperfeiçoamento nas artes da delinquência e no conhecimento de outros consortes de causa.

Se esse ciclo não for interrompido, será impossível reduzir as estatísticas de reincidência. Nesse sentido, deve-se garantir o cumprimento da lei e a reinserção real do interno na vida civil, sem temor às refutações que tais objetivos geram na prática em relação à restrição orçamentária. Consideramos que todo programa começa na sua intenção de implantação e que o resultado imediato é o de reduzir o nível de conflito interno das instituições penais em proporções consideráveis, podendo paradoxalmente reduzir a dotação destinada à sua contenção. Devemos ser conscientes de que, para as instituições preparadas para a repressão, esta última ação é mais coerente a seu espírito do que outras, ainda que pudessem trazer-lhe mais benefícios.

É inegável a diversidade de causas que incidem no aumento das condutas delitivas atuais. Procuramos sinalizar sumariamente neste trabalho dois tipos de fatores que compõem a gênese do problema. De uma parte, um de caráter mais intangível e com menores possibilidades de poder transmutar a dados científicos, que é a deterioração do tecido social e da instituição familiar em particular, tendo como seus aspectos mais visíveis a marginalidade e a exclusão social. Toda a abordagem à questão, desde a proposta de políticas de Estado, deverá ter esse componente como objetivo de reconstrução. Sem uma visão social que fortifique o que denominamos capital social, todas as medidas concretas que desenvolvermos e executarmos no plano de ação serão limitadas e não chegarão a resultados positivos. De outra parte, vimos uma série de fatores concretos, tais como o desemprego, a educação, o tráfico, o uso e abuso de álcool e de estupefacientes, assim como os sistemas policiais e penitenciários, que analisamos anteriormente. E todas as vezes expressamos a dificuldade em desentranhar os temas de maneira a propor soluções de peso para cada um desses pontos, o que resulta ser uma tarefa hercúlea que só podemos resolver com o auxílio das próprias instituições, dos profissionais e dos especialistas na matéria, da comunidade em geral e, ainda, recorrendo a organizações transnacionais na necessidade de fixar verdadeiras políticas de Estado que não sejam partidárias e não dependam do poder em exercício.

Para que se chegue de fato a implementar uma solução de êxito, não é

insensato pensar na necessidade de se constituir, dentro do leque de órgãos do Poder Executivo, uma agência de coordenação e de execução dos programas propostos, a qual deverá prover a ligação necessária com as forças da ordem e com as penitenciárias e também coordenar as temáticas e pontos em comum desenvolvidas com os ministérios da Saúde e Educação, com o Poder Legislativo, com os organismos e agências de direitos humanos, assim como com as entidades provedoras de dados estatísticos confiáveis e úteis. Devemos também envolver a comunidade em seus diferentes âmbitos organizativos, sublinhando que tal agência não deve ficar submetida às secretarias de Segurança ou a órgãos similares, dado que sua função não será jurisdicional, mas de formulação e coordenação de planos integrais, com o aproveitamento de todos os recursos existentes do Estado, para assim participar do esforço que deve ser integral para possibilitar seu êxito.

Estratégias Comunicacionais em Matéria de Segurança Pública para América Latina. (A Cultura da Legalidade) 10

Carlos Alberto Carranza

Deputado Nacional da República Argentina

Seguindo as lições de um grande líder do nosso país, o ex-presidente Perón, quem dizia que a única verdade é a realidade, gostaria de aproveitar este seminário para debater com todos vocês sobre o que e quanto de verdade existe nessa realidade na América Latina que nos invade e às vezes satura de informação e de metamensagens? Para responder à pergunta, vou determinar algumas propostas para que funcionários e especialistas da região sul-americana trabalhem em algumas estratégias comunicacionais, porque a certeza está em ter um componente de visibilidade. Não pode deixar de chegar à população. Existe distorção e manipulação na comunicação social, e nem sempre costuma ser inocente, ingênua ou não intencional.

Conceitos e Marco Teórico

Segundo o filósofo argentino Santiago Kovadloff, a realidade excede sempre as aptidões analíticas da consciência. Essa realidade cabe no que é dito ou no que é interpretado. Em ocasiões interpreta-se a realidade para torná-la mais inteligível devido à sua complexidade, mas aí começa o risco de deformá-la. Em outras ocasiões é impossível compreender alguns fatos da realidade e se diz que ela vai além da imaginação; nestes casos isto depende muito do sujeito.

Outro conceito é a distinção entre atualidade e presente. A atualidade é uma aluvião de fatos que acontecem dia após dia. O presente, por outra parte, é uma construção permanente, modelada pelas linhas estruturais que acusam a direção dominante seguida pelos acontecimentos (da atualidade). Ou seja, o presente é algo mais importante que se nutre de outros elementos, tais como o

contexto e onde é possível incidir. Por outra parte, temos a atualidade que caminha sozinha, ninguém a controla; é a soma dos fatos individuais e isolados onde ninguém intervém à exceção de seus próprios atores.

Por isso, o futuro não é somente o porvir ou aquilo que acontecerá inexoravelmente, mas também aquilo que somos capazes de construir. Por tal motivo nos propomos a desenhar algumas estratégias para que o presente do amanhã seja melhor que o atual e o futuro não seja o que não conseguimos fazer agora.

Existe uma realidade que martela todos os países da região e que penetra nas cidades, em nossas casas, em nossas famílias; por vezes, de forma direta mediante algum fato desafortunado ou, indiretamente, pelos meios de comunicação. Qualquer que seja a forma em que essa realidade penetra em nossos lares e comunidades, devemos conseguir revertê-la porque nos afeta gravemente como sociedade, como grupo humano. Para concretizá-lo devemos trabalhar sobre a necessidade de uma forte decisão política a partir das agências governamentais, enfrentando o flagelo da insegurança (prevenção ou intervenção). Não há dúvidas a este respeito: diagnóstico e proposta são comuns a todos os países da região sul-americana.

Os especialistas expuseram diferentes propostas de luta contra o crime partindo da base de um denominador comum: a ameaça é grande e afeta não só a vida, a liberdade ou a tranquilidade das pessoas, mas, em muitos casos, atenta contra a própria existência das nações. O crime não tem fronteiras nem limites físicos, intelectuais, ideológicos, sociais, econômicos ou culturais. Todos nos sentimos vulneráveis e ele penetra em todos os estratos sociais. Além disso, somos conscientes de que o problema aumenta dia após dia.

Encontra-se em jogo a convivência social e a própria existência do sistema político que também sofre a crise diante da impotência, pois não há Estado que não se sinta sem saída diante da insegurança. Há alguns anos, as ameaças às nossas nações eram os golpes de estado e as irrupções militares; hoje, a democracia poderia estar em xeque devido ao crime, segundo quase todas as pesquisas. Se a isto acrescentarmos o uso sensacionalista que alguns meios de comunicação fazem dos fatos criminais, o problema se multiplica notavelmente. E aqui chegamos ao ponto fundamental: a questão dos mass media, ou como ter uma boa estratégia comunicacional na luta contra o crime.

Uma das grandes preocupações da atividade governamental está relacionada com a possibilidade de reverter esse “clima de medo” ou aquilo que na Argentina é chamado de “sensação de insegurança” e que frequentemente origina as notícias desmesuradas, a imprensa marrom, a excitação, só para alcançar maiores níveis de venda jornalística, comercial ou de audiência.

O medo de sair nas ruas, andar sozinho nos centros urbanos, viajar em transporte público, carregar objetos de valor à mostra, ameaça os vínculos de convivência humana ou o relacionamento social. Essa “grande ruptura” entre os indivíduos os torna mais desconfiados, mais precavidos, mas também mais indefesos e vulneráveis. Vivemos com temor e angústia pelo que pode acontecer a qualquer momento e em qualquer lugar. O custo da violência não é avaliável somente em pontos percentuais do PIB (na América Latina é de 14%, enquanto que nos países desenvolvidos não supera 5%). Aquilo que deve ser medido é a perda de vidas humanas, de tranquilidade, de tempo, de patrimônio, de liberdade, etc. Não são somente estatísticas, são realidades.

Por último, pode-se observar que as ideologias podem afetar a própria convivência humana, quando as posições teóricas ou dogmáticas são radicalizadas e se deixa de priorizar as políticas de estado para enfrentar o delito. O importante é colocar todo o aparato estatal à procura de melhores resultados para melhorar a vida da população.

É essencial propor algumas mudanças de paradigma. O delito e o crime organizado (transnacional e interno) por vezes superam a capacidade dos governos de controlá-los e persegui-los, pondo a descoberto os fracassos das políticas sociais e econômicas, bem como as de defesa e de educação. Hoje se percebe que as comunidades atuam por conta própria, recorrendo à segurança privada, morando em bairros fechados ou migrando para lugares mais seguros. As soluções dependem de cada lugar e de cada contexto: vai depender de estarmos em uma cidade pequena ou em uma grande urbe, de como cada pessoa se protege ou da prioridade que as autoridades dão a esta questão.

O tema é infinito para a discussão: se o planejamento deve ser regional ou local, se os níveis de informação dos crimes transnacionais devem ser abertos ou fechados; o financiamento das investigações e a cooperação internacional; se a prevenção deve ser deixada em mãos aos níveis locais por meio de políticas comunitárias ou de uma maior participação da sociedade civil; ou

de como devem ser estabelecidos os limites de segurança privada, combater a pobreza e a desigualdade, acessar melhores níveis de tecnologia e capacitação das forças policiais, além de integrá-las melhor às comunidades; como fortalecer mais os valores de solidariedade e proteção dos mais vulneráveis, etc.

O velho paradigma das políticas abrangentes de prevenção e as quatro bases das políticas de intervenção estatal: a) Instituição Policial, b) Serviço Penitenciário, c) Procedimentos Penais e d) Instituição Judicial, que constituíam o sistema global de perseguição e ajuizamento penal, atualmente estarão impotentes na luta contra o crime se cada uma das ações não estiver acompanhada por uma estratégia comunicacional que a defenda e promova. Também existe uma contra-estratégia mediática destinada a potencializar de forma irresponsável as questões criminais, inclusive defendendo criminais e apresentando-os como vítimas de um sistema que os torna reféns, além do sensacionalismo e do excesso de informação vinculada a fatos sangrentos, mórbidos ou de agressão violenta.

Por tais motivos, é necessário destacar a importância do componente da visibilidade nas políticas de segurança, sobre as quais, além de tudo, é exercido um forte controle ou monitoramento por parte daqueles que as executam. A fase comunicacional é tão importante que deve estar agregada inexoravelmente aos diferentes níveis de planejamento, organização, execução e intervenção da ação estatal em âmbito nacional, provincial ou local (municipal ou da prefeitura). A comunicação deve ser considerada na implementação de um pequeno programa de delegacia modelo, nas juntas de segurança do bairro, nos alarmes comunitários, nas ações desdobradas em procedimentos contra o crime organizado (como máfias, grupos ou bandos e narcotraficantes) para que a população fique suficientemente informada e possa verificar positivamente as consequências do acionamento da polícia e sua repercussão favorável na área.

Estes desafios justificam, por si mesmos, o esforço de nossa análise, porque o desgosto, a perda de autoestima e a crença no abandono da ação estatal podem estar se apoderando do espírito de luta cotidiana de nossos povos e ali é onde se faz mais necessária a presença comunicacional.

Hoje enfrentamos um fenômeno que é muito pior do que a droga e é a justificativa do crime com base na ausência de culpa. Observamos um novo sujeito que goza com o mal alheio porque se sente saudável e, por essa razão, se apropria daquilo que não lhe corresponde, entre outras coisas. Além disso,

sustenta que o Estado não lhe oferece trabalho, educação ou saúde, situação esta muito perigosa porque elimina o pudor e a responsabilidade.

O sentimento do sujeito que rouba ou mata é o de acreditar que não faz mal nem prejudica a vítima. Sustenta que faz justiça por conta própria porque existe uma sociedade que o excluiu e que não tem a possibilidade de se integrar socialmente; assim, não assume nenhum papel ativo. É provável que com a execução da pena nos centros penitenciários adquira novos hábitos que o lançam, cada vez mais, no crime e na marginalidade.

Este novo desafio tem várias origens. Por um lado, os meios de comunicação de massa que não hesitam em bombardear a população com notícias relacionadas a fatos sangrentos, sequestros e roubos violentos; por outro, os denominados preconceitos ideológicos de certos grupos de análise intelectual que se autodenominam progressistas e que atentam e desqualificam permanentemente a autoridade política da vez e as instituições encarregadas de fazer respeitar a lei e a ordem pública, ou seja, a justiça e a polícia. Existem outros grupos de interesses particulares que trabalham protegendo ou tutelando certos corredores ilegais e que, entre outras coisas, promovem o uso de drogas ou práticas de atividades fronteiriças tais como o tráfico de pessoas, a prostituição infantil, a lavagem de dinheiro, o tráfico de armas e, por vezes, até mesmo o terrorismo.

Esse uso indevido de notícias ou sensacionalismo faz decair o ânimo e a vontade de participação da sociedade civil; além disto, os maus tratos ou a desqualificação na atuação das forças policiais afetam gravemente a credibilidade e a confiança das pessoas.

Surge o mais grave, isto é, a distorção ou falsificação de valores que perseguem a troca desses mesmos valores por outras condutas ou hábitos que permitam generalizar novos esquemas intelectuais e provocar uma mutação na aceitação de situações que muitos consideram sem valor, não só individualmente, mas também coletiva e socialmente. Refiro-me a novas escolas penais e processuais que aparecem no direito penal moderno. Assim, será possível discutir se é melhor a política de tolerância zero ou a prevenção dos delitos e de suas causas. E também poderemos analisar a intervenção mínima no uso da força, ou sistemas de controle social por meio de monitoramento com câmeras em locais públicos, vídeo vigilância, segurança privada, etc. Mas aquilo que subjaz como necessidade urgente e imperiosa, além de lidar com delinquentes ou réus de um

delito, é o dever de lidar também com as vítimas, por vezes muito ausentes das políticas públicas e do sistema processual penal. Devemos dirigir nossos esforços para as vítimas, em prol de manter ou conseguir melhorar os níveis de convivência e de respeito entre nós, porque o crime continua crescendo numericamente e em grau de violência e diminuindo em relação à idade de seus autores.

Vamos incorporar um novo ator na discussão e no debate: os meios de comunicação. Sabemos que estes são mais do que importantes na definição das políticas públicas porque são bem orientados, são dirigidos para a opinião pública. Esta pode, por vezes, começar a decidir o verdadeiro sujeito ao qual deve estar dirigida a ação do Estado e, logicamente, controlar e denunciar, quando acontecerem, os casos de abuso ou excessos policiais, ou casos de corrupção que sabemos que também existem.

Segurança e justiça não são valores antinômicos ou contraditórios: ambos se complementam e, por isto, devemos insistir no tratamento objetivo e profissional da imprensa, porque todos nós fazemos parte de uma sociedade que devemos defender para poder viver melhor.

Não precisamos que os meios de comunicação falem bem da polícia, nem que, dependendo de suas linhas editoriais, silenciem fatos. Necessitamos que eles estejam bem informados, que informem bem à população e que usem fontes confiáveis, se possível, oficiais ou diretas. É incrível ver a ação da comunicação quando encobre ou oculta fatos delituosos, quando não informa as estatísticas ou quando às vezes distorce e falsifica a verdadeira situação de insegurança, como acontece na cidade de Rosário e em outras cidades da província de Santa Fé. O efeito é tão nocivo quanto o excesso comunicacional sensacionalista, o também chamado de efeito crônica. As pessoas desconhecem ou ignoram a realidade e não se preparam para enfrentá-la; costumam ser surpreendidas por ondas de roubos ou assaltos e as agências governamentais não vêm em sua ajuda porque não sabem o que está acontecendo. As responsabilidades políticas se desarticulam, as forças de segurança não são capacitadas; não são formadas as estratégias de combate e os orçamentos não são aplicados em tecnologia, etc. O Estado está mal cuidado e foge da realidade por causa de estratégias de comunicação que não falam sobre as verdadeiras questões da sociedade.

A nossa aposta hoje é defender também as vítimas. E para isto os meios são muito importantes ao manter sob alerta a população em relação a possíveis fatos nocivos que podem tornar a se repetir. Caso contrário, se atacarmos ou

desqualificarmos somente a autoridade policial, como frequentemente acontece, ela se fecha, se autoprotege, tornando-se corporativista, não reconhecendo a autoridade do poder político ou do Poder Judicial, ou seja, responde isolando-se, prejudicando todos.

Sem anular o princípio fundamental de todo Estado de Direito, que é aquele de defender as liberdades públicas, as garantias individuais e os direitos constitucionais de todas as pessoas por igual, o respeito e a defesa da vítima devem ter a primazia. Deve ficar claro que aquele que viola a lei deve responder e pagar pelo dano ocasionado; isto deve ser refletido pelos meios de comunicação e ser colocado como prioridade.

Por último, temos uma linha muito tênue entre a abordagem dos problemas do narcotráfico como questão de segurança interna de cada país, ou segurança hemisférica, ou como questão de defesa externa de nossas nações. Somos testemunhas de planos ou programas de cooperação, seja na Colômbia, com o chamado “Plano Colômbia”, que no México, com a “Iniciativa de Mérida”, para atacar o flagelo do narcotráfico na área de fronteira; temos também o exemplo de algumas intervenções na Bolívia e no Paraguai, além de algumas tentativas no Peru e Equador. Às vezes, com isto, os limites se alargam e os criminosos se transferem de um país para o outro, aumentando as intervenções.

A cooperação entre os países do norte e os orçamentos aprovados pelos organismos multilaterais para combater o narcotráfico são reconhecidos. Mas é necessário prestar atenção nas possíveis consequências ou saldos políticos não desejados com o fim de evitar seu uso como área potencial para justificar mais intervenções e bases militares. É necessário evitar que, diante da magnitude dos problemas do tráfico ilegal de drogas e diante da crescente demanda social de luta contra o crime, sejam gerados questionamentos generalizados às autoridades que tornem ingovernáveis alguns países o que, por sua vez, podem provocar debilidade ou fragilidade política e institucional nos Estados. Tal circunstância representa um grande desafio para América Latina. Precisamos união para erradicar os flagelos de nossa região.

Atualmente a nossa região se debate entre tensões que têm, por uma parte, a pressão dos Estados Unidos para reduzir o ingresso de droga proveniente da América do Sul, além das decisões do Congresso norte-americano de aumentar o orçamento para impedir a produção em sua origem; e, por outra parte, a vigência eterna de sua aspiração imperial ou expansionista, estabelecendo

planos, programas, bases militares, conseguindo que alguns governos locais estejam dispostos a receber ofertas e, infelizmente, deslocar os limites da criminalidade para nossos países do sul continental. Com isto, as manifestações de cooperação se dissipam diante de objetivos estratégicos dos Estados Unidos, que nem sempre foram caracterizados por favorecer os interesses dos povos irmãos da América do Sul.

Hoje, diante de um epifenômeno (o narcotráfico) de grandes dimensões, de terríveis influências e consequências para nossas sociedades, não nos resta nada além de pensar e refletir que as drogas não são a causa ou a origem dos crimes ou de novas condutas ilegais que aparecem e sim consequência da falta de políticas públicas, a falta de Estado, de respeito da lei, a falta de família, valores e a falta de um discurso que implique numa nova visão solidária da sociedade e das instituições republicanas. Os meios de comunicação devem estar presentes e ajudar nesta causa. Reconhecemos a dificuldade, mas esta é a melhor proposta que podemos encontrar e oferecer a este público. A busca de um compromisso frontal e ético dos meios de comunicação na luta contra a criminalidade.

Este é o grande desafio que nos convoca a continuar lutando para melhorar a qualidade institucional em nossos países, sempre com o objetivo e o foco no fortalecimento da “cultura da legalidade” em prol da consolidação do Estado de Direito, da democracia, pelo respeito pleno, pela convivência social, pelo mútuo progresso da condição humana e pela nossa herança para as gerações futuras de uma vida melhor.

IMAGENS



Mesa diretora



Peter Fischer-Bollin e José Carlos Aleluia



José Carlos Aleluia



Paola Holguín (Colômbia)



Ebrahim Asvat (Panamá)



Cesar Maia coordenando debate



José Vicente da Silva Filho (Brasil)



Rocío San Miguel (Venezuela)



Sebastián Acha (Paraguai)



Klarissa Silva (Brasil)



Antônio Ferreira Pinto (Brasil)



Patrício Tudela (Chile)



Gonzalo Fuentes y Arballo (Argentina)



Carlos Alberto Carranza (Argentina)



Paulo Souto coordenando debate



Antônio Carlos Magalhães Neto (Atual prefeito de Salvador - 2013)



ACM Neto coordenando debate



Plateia

No dia 26 de março de 2010, a FLC - Fundação Liberdade e Cidadania, do Partido Democratas, do Brasil, e a KAS - Fundação Konrad Adenauer, do CSU da Alemanha, promoveram, em Salvador, Bahia, o seminário internacional intitulado "Segurança Pública – Um Desafio Político na América Latina".

O continente tinha um belo exemplo de solução nesta área dramaticamente importante para muitos países: Bogotá, capital da Colômbia, havia sido uma das cidades mais violentas do mundo até a década anterior, em face da facilidade com que traficantes de drogas e terroristas das Farc operavam naquele país. Foi então que Bogotá iniciou um processo que conseguiu baixar espetacularmente a violência graças a medidas inspiradas no projeto "Tolerância Zero", do ex-prefeito de Nova Iorque Rudolph Giuliani.

O projeto havia reduzido os índices de criminalidade de Nova Iorque em 57% e os de assassinato em 65%, na década de 90. A metrópole norte-americana é hoje uma das cidades mais tranquilas entre as grandes cidades do planeta. E Bogotá sentiu o mesmo efeito positivo após a implantação do seu próprio programa.

Procurando aproveitar as lições da capital e de outras cidades colombianas, e projetar ideias e propostas de validade para toda a América Latina, a KAS e a FLC levaram a Salvador autoridades em segurança da Colômbia e também do Brasil, México, Panamá, Paraguai, Venezuela, Chile e Argentina.

A maior parte dos depoimentos apresentados no seminário são agora trazidos a público através de duas publicações - uma em espanhol e esta em português - após exaustivo trabalho de transcrição das gravações das palestras, revisão dos textos pelos autores, tradução e edição. Embora as abordagens tenham sido feitas no contexto de 2010, suas lições e recomendações permanecem rigorosamente atuais.

A FLC e a KAS sentem-se felizes de apresentar esta contribuição à pacificação das cidades brasileiras e de todo o continente latino-americano.